

Conferência de imprensa do grupo parlamentar do PCP

Carlos Brito: «Temos razões para reear que os parceiros do “bloco central” se preparem para não deixar que a Assembleia da República faça outra coisa que não seja discutir e votar o programa do Governo e enviá-la para férias logo que lhe tenham arrancado autorização legislativas para que seja o Governo a fazer as leis importantes longe das vistas da oposição e provavelmente durante o Verão, quando uma parte do país está em férias».

• **Divulgados mais 23 projectos de lei a apresentar pelo PCP**

Pág. 2

ACORDO E PROTOCOLO PS-PSD

AGRAVAMENTO DA POLÍTICA DA «AD»

UM GOVERNO CONDENADO AO FRACASSO

Discurso de Álvaro Cunhal — **Pág. 3**

Editorial — **Pág. 2**

Intervenção de Octávio Pato e Carlos Brito no passado fim-de-semana — **Páginas centrais**

As linhas tortas da política de direita — **Suplemento**

Suplemento /

Avante!

Ano 53 — Série VII
N.º 492
9 de Junho de 1983
Suplemento n.º 53
Não pode ser vendido
separadamente



NICARÁGUA
Boicote dos EUA
à importação do açúcar



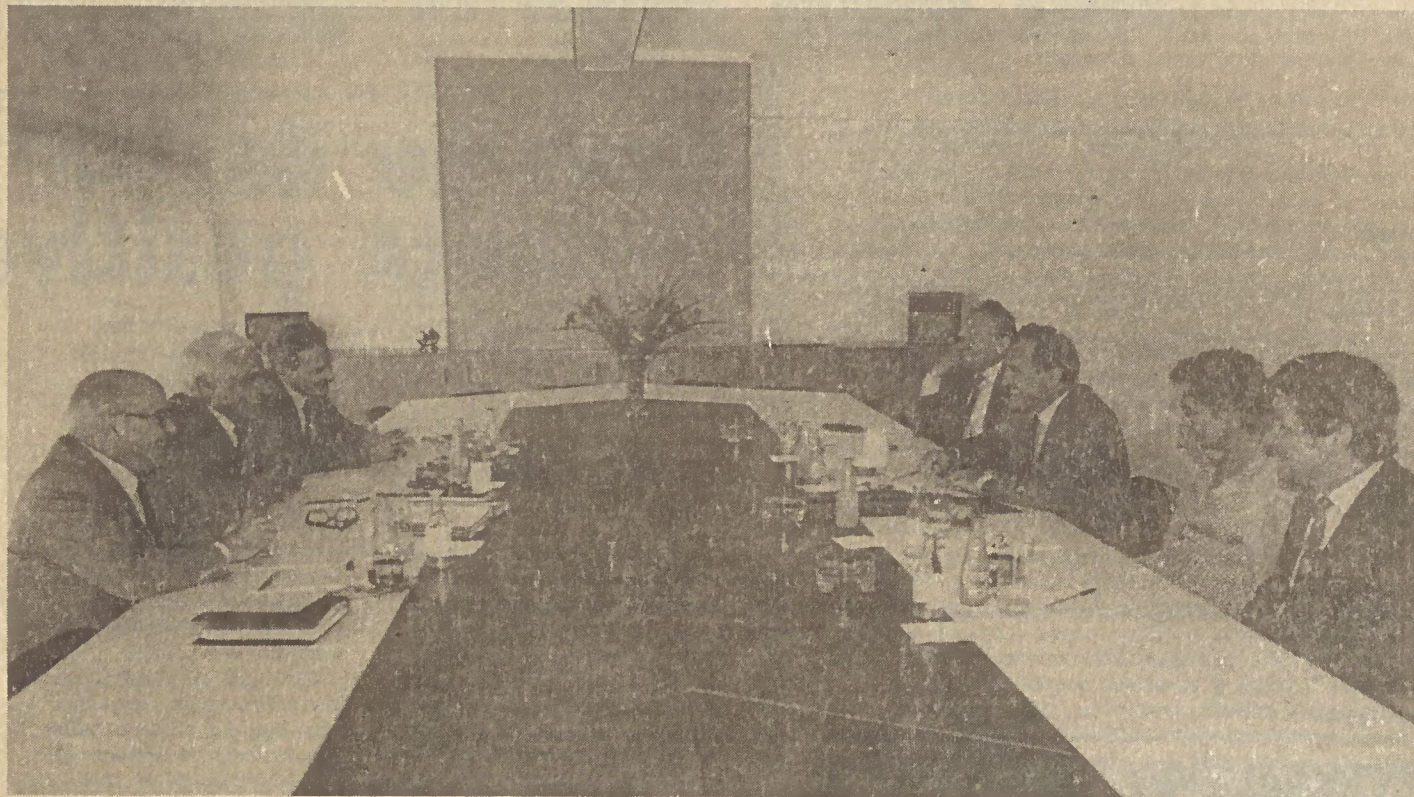
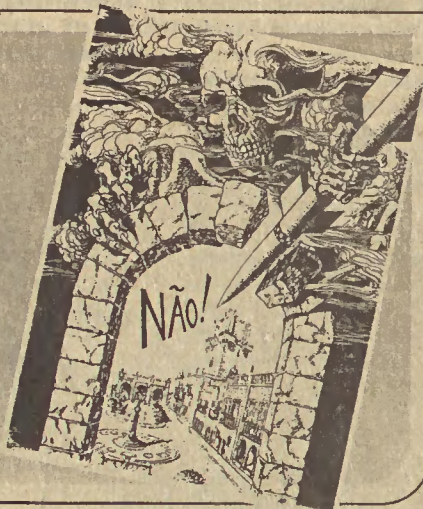
VIAGEM A
PINHEIRO NOVO
E SERNANDE
Aldeias
da fronteira
transmontana
e da
resistência

Págs. 6/7



BEJA
Uma
ameaça
muito
real

Págs. 10/11



A delegação do Partido Comunista Checoslovaco dirigida pelo camarada Vasil Bilak, membro do Presidium e do Secretariado do CC do PCC, e de que fazem também parte Michal Stefanak, membro suplente do CC e vice-chefe da secção internacional, e Norbert Zidek, da secção internacional, durante a reunião de trabalho com o PCP em que participaram os camaradas Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, Sérgio Vilarigues, da Comissão Política e do Secretariado do CC, e Albano Nunes, membro do CC e responsável da Secção Internacional. A delegação do PCC encontra-se em Portugal a convite do PCP

AMIZADE PCP-PCC

COMÍCIO EM BENAVENTE

V. Bilak: A Checoslováquia socialista é a gravidade da situação internacional

A. Cunhal: Os problemas internacionais e a situação política portuguesa

Pág. 3

HÁ NOVIDADES SOBRE A FESTA E A EP!

SEMANA

1
Quarta-feira

A «Sagres» despede-se

De Lisboa, para uma viagem ao Oriente o navio-escola «Sagres» que aportará a Osaka, no Japão, no mês de Outubro. O Presidente da República dirigiu à tripulação uma mensagem com votos de boa viagem. ■ Termina sem aprovação do relatório e contas da direcção o Congresso dos Bancários do Norte, devido a irregularidades cometidas pela anterior direcção derrotada nas últimas eleições. ■ Silva Lopes, ex-governador do Banco de Portugal, intervindo numa conferência da associação portuguesa de economistas prevê que Portugal cairá nas mãos do Fundo Monetário Internacional. ■ Confirmando o fracasso da cimeira de Williamsburg, o dólar volta a subir nos mercados internacionais, batendo mais recordes. ■ A substituta do Presidente da Câmara de Lisboa, a vereadora Teresa Corte Real, rejeita requerimento da APU e do PS de convocação de reunião extraordinária para debater o projecto «Saldanha» de Krus Abecasis.

2
Quinta-feira

O ministro dos Negócios Estrangeiros da República Popular de Moçambique, Joaquim Chissano, é recebido em Belém pelo Presidente Eanes. Em trânsito para o Maputo, vindo de Nova Iorque, o ministro moçambicano troca impressões com o general Eanes sobre a situação na África Austral. ■ As duas grandes organizações políticas da direita francesa assinam programa comum. O neogaullistas do RPR e os liberais da UDF definem os princípios comuns de uma acção destinada a combater a esquerda actualmente no poder em França. ■ O secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética lança um apelo aos Estados Unidos no sentido de se chegar a «entendimentos mutuamente aceitáveis» na questão do desarmamento e dos euromísseis.

3
Sexta-feira

Mário Soares e Mota Pinto acertam últimos promenores do acordo de Governo PS-PPD. ■ Alvaro Cunhal, na Televisão, durante o tempo de antena do PCP, afirma que a política do próximo Governo será de desestabilização económica, política, social e, até, eventualmente, militar. ■ Trabalhadores da ENI paralisam durante todo o dia, em luta pelo pagamento dos salários em atraso. ■ O Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, regressado de Bruxelas, afirma que a NATO tem a intenção de «aumentar a ajuda militar a Portugal». ■ O governo ditatorial das Honduras concentra mais tropas junto à fronteira daquele país com a Nicarágua, agravando a tensão e o clima de guerra na região. ■ A Ford anuncia que o projecto de instalação de uma fábrica de automóveis em Sines foi «adiado sem data marcada».

4
Sábado

Assinado acordo de governo

Acordo de Governo é assinado por Mário Soares e Mota Pinto, num hotel de Lisboa, cerimónia que deu ocasião ao secretário-geral do PS para tecer um elogio a Sá Carneiro. ■ Centenas de pessoas participam, na Casa do Alentejo, num almoço de homenagem ao poder local democrático. ■ O Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, confere posse, em Luanda, aos novos ministro e vice-ministro da Saúde, António José Ferreira Neto e Luís Gomes Sambo. ■ Em comunicado emitido em Cheyenne, os responsáveis religiosos dos estados americanos do Wyoming e do Nebraska exprimem a sua oposição ao desenvolvimento do míssil MX. ■ Os 41 barris carregados do veneno conhecido por «dioxina», ressaltante do desastre ecológico de Seveso, na Itália, chegam à Suíça onde serão enterrados. ■ O ministro grego do Ambiente decide fechar em Atenas durante os meses de Verão, 125 empresas das mais poluentes da região para lutar contra a poluição.

5
Domingo

Enquanto Octávio Pato, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP traça, no comício de Camidre, o panorama das consequências gravosas do acordo de Governo PS/PSD, Carlos Brito, membro da Comissão Política do CC e presidente do grupo parlamentar comunista, adverte que o futuro governo terá de contar com uma «oposição sem tréguas». ■ Centenas de grupos corais, bandas e ranchos alentejanos, desfiliam em Lisboa, apesar da chuva, trazendo à capital uma jornada alentejana, integrada na «Grande Feira do Alentejo». ■ Em Argel, o dirigente palestino Yasser Arafat adverte que a situação no Líbano é extremamente explosiva e pode conduzir a uma guerra na região.

6
Segunda-feira

Delegação do PCP em Portugal

O Tribunal da Relação de Évora devolve a uma cooperativa desse concelho alentejano terras de onde os trabalhadores foram expulsos há dois anos a pretexto de marcação de uma reserva. ■ A demolição prevista do «Monumental» de Lisboa é embargada numa sessão da Câmara Municipal, com os votos conjuntos dos vereadores da APU e do PS. ■ Governo da Nicarágua ordena a expulsão do país de três diplomatas norte-americanos, acusados de planejar atentados contra dirigentes sandinistas. ■ O presidente argelino termina visita a Damasco, durante a qual examinou com o presidente sírio os problemas resultantes da assinatura do acordo entre Israel, o Líbano e os Estados Unidos. ■ Chega a Lisboa uma delegação do Partido Comunista da Checoslováquia que visita Portugal a convite do Partido Comunista Português.

7
Terça-feira

Em conferência de Imprensa, o Grupo Parlamentar do PCP acusa o PS e o PSD de pretenderem o funcionamento da AR apenas para aprovarem o programa do Governo e uma série de autorizações legislativas, fechando logo a seguir para férias. Os deputados comunistas divulgaram, entretanto, um conjunto de 23 projectos-lei que vão apresentar ao Parlamento, ao mesmo tempo que rejeitam a sua intenção de tomar as iniciativas necessárias contra o bloqueamento da AR. ■ O trânsito na auto-estrada do Sul é interrompido durante mais de meia-hora por trabalhadores de empresas da Margem Sul, em luta pelos seus salários. ■ O Parlamento da CEE aprova em Estrasburgo a saída da Gronelândia do Mercado Comum, exigência já amplamente revelada pelos habitantes daquela região autónoma da Dinamarca. ■ Continua no Líbano e na Cisjordânia a vaga de terror lançada pelas tropas de Israel.

Editorial

UMA SOLUÇÃO CONDENADA AO FRACASSO

No casamento PS/PPD um dos «noivos», o professor Mota Pinto, ensaiou uma partida galata. Quando toda a gente pensava que ele vinha do «lar paterno» — a Comissão Política do PPD — viu-se afinal que os «pais» eram outros.

Chamavam-se Ferraz da Costa e Morais Cabral, acolitados por «monsieur» Cunha Rego. O mandatário nacional de Soares Carneiro tinha estado ainda com conhecidos militares a quem decerto pedira bom conselho.

O «lar paterno» não era afinal o velho solar da Buenos Aires, onde ninguém sabia da marosca, mas a CIP.

Os verdadeiros «papás» tinham simplesmente achado magro o «dote» da outra parte e tinham obrigado o «noivo» a bater o pé e a dizer «não» no momento do «sim». Uma bronca!

O «dote» — sabe-se — era o «protocolo laboral», um dos pontos quentes do pacto de «incidência parlamentar e governamental» entre os dois novos parceiros no Poder, mas tudo acabou por solucionar-se a contento de ambas as partes e o «acordo de cavalheiros» foi assinado.

Verdade seja dita que as «afinidades» ideológicas facilitaram a solução do «diferendo». O próprio Dr. Mário Soares reafirmou no acto as «proximidades programáticas» dos dois partidos e a CIP acabou por obter aquilo que não conseguira com os governos «AD», ou seja, o compromisso de novas leis antilopárias, previamente negociado entre esse grande e conhecido «defensor» da classe operária que dá pelo nome de Gonetla e os representantes «laborais» do PPD.

Tudo se passou sem pruridos de maior — os «noivos» não eram virgens nem púdcos, ambos já tinham tido no passado as suas aventuras «maritais». E o «acto» pôde terminar em bem, com a pompa prevista, os noivos emocionados a pronunciarem o «sim» e a distinta assistência a aplaudir aliviada pelo feliz desenlace deste infeliz contrato nupcial.

Que os nossos leitores nos perdoem esta pequena incursão pelos domínios do jocoso. Neste canto do «Avante!» procuramos de hábito trazer um apontamento responsável sobre a conjuntura política do País, abordar as tarefas imediatas do grande Partido que somos, visionar a situação e os problemas nacionais numa perspectiva de interesses da classe operária e do povo.

Mas este último episódio da tragédia do casamento político PS/PPD revestiu-se de aspectos de farsa tão burlescos que não resistimos a sublinhá-los.

Entretanto, o acordo de incidência parlamentar e governamental entre o PS e o PPD não tem nada de jocoso. A tragédia deve antes classificar-se de comédia trágica.

Para além da encenação, dos brindes e rosas e dos sorrisos convencionais das intervenções a dura realidade dos compromissos assumidos desenha uma perspectiva sombria para o Povo português.

O acordo e o protocolo adicional, solenemente ultimados no sábado à tarde entre os dois comparsas da nova coligação de poder, ferem os interesses vitais da população trabalhadora portuguesa na sua acepção mais larga, são a negação frontal do voto maioritário dos eleitores em 25 de Abril.

«Bloco central» prepara férias da AR
PCP prepara-se para sessão trabalhosa

Temos razões para reacear que os parceiros do «bloco central» se preparem para não deixarem que a Assembleia da República faça outra coisa que não seja discutir e votar o Programa de Governo e enviá-la para férias logo que lhe legem arrancado à pressão autorizações legislativas para que seja o Governo a fazer, as leis importantes longe das vistas da oposição e provavelmente durante o verão, quando uma parte do País está em férias, denunciou Carlos Brito, presidente do grupo parlamentar comunista, durante a conferência de Imprensa realizada na passada terça-feira na AR.

Frente aos jornalistas, destacados deputados do PCP apresentaram uma série de projectos de lei que o grupo parlamentar pretende que a Assembleia discuta antes da ir para férias. Depois de ter uma vez mais denunciado a lentidão com que se iniciaram os trabalhos parlamentares, por conveniência do PS e das negociações deste com o PPD, Carlos Brito afirmou:

A nova coligação PS/PPD

não tem reboço de copiar e continuar, também neste aspecto, a orientação da «AD» reduzindo a Assembleia a um gabinete de carimbo de autorizações ao Governo e a uma Câmara de ratificação da legislação governamental quando os partidos da oposição quiserem discuti-la. O método anunciado para a elaboração da nova Lei de Delimitação de Sectores, isto é, a abertura, ao grande capi-

tal, da banca, dos seguros e de outros sectores nacionalizados rentáveis, constitui um testemunho deste futuro comportamento.

É curioso que Mário Soares, sugira indevidamente reuniões do Conselho de Estado e proponha reuniões *ad-hoc* do Presidente da República, Partidos e Banco de Portugal para discutir a situação económica e financeira do País e mostre tão pouca vontade de ver a Assembleia da República reunir e funcionar para debater e tomar medidas em relação aos graves problemas nacionais.

E mais adiante, sublinhou: O Grupo Parlamentar do PCP prepara-se para um início de sessão legislativa muito trabalhosa. Mas mais ainda, depois de conhecermos os termos do acordo

de trabalho e em apenas 8 dias, conseguiram resultados importantes.

Joaquim Miranda, que foi o único português a intervir durante o plenário, depois de pronunciar-se sobre a necessidade de não instalação de novos mísseis na Europa Ocidental, falou da importância crescente do movimento pela paz em Portugal, sublinhando as preocupações do Povo português acerca das negociações em curso entre os EUA e o Governo português sobre as bases dos Açores e de Beja.

Para nós — acrescentou mais adiante —, seria bastante interessante considerar a possibilidade de a Península Ibérica poder vir a ser uma zona desnuclearizada.

Sobre a utilização de bases estrangeiras em território português, disse Joaquim Miranda:

No que toca a essa questão, quero afirmar-vos que o grupo parlamentar a que pertence apresentará em breve na Assembleia da República — que hoje mesmo retoma os seus trabalhos após as últimas eleições — um projecto de lei com a finalidade de impedir a instalação, o estacionamento e o trânsito de armas nucleares no território nacional.

Conforme nos disse o camarada Joaquim Miranda — que foi um dos quatro deputados portugueses participantes desta conferência, pertencendo os outros três ao PS, PSD e CDS —, a possibilidade de se chegar a tão importantes conclusões neste momento, ficou a dever-se em boa medida ao clima de bom acolhimento propiciado pelo grupo parlamentar húngaro. Esse clima proporcionou um diálogo construtivo entre as cerca de 30 delegações participantes que, em plenários, comissões específicas ou grupos

O projecto político desta nova «AD», na parte já trazida a público, não se diferencia nada e ultrapassa mesmo no plano da viabilização concreta, caso viesse a ser aplicado, o projecto destruidor de Sá Carneiro/Freitas do Amaral que abriu estrondosa falência sob a velha e defunta «AD».

Sem margem de dúvida há ainda cláusulas que se mantêm secretas e intenções ocultas que a seu tempo virão à luz do dia.

É também evidente que existem disposições do «acordo» ainda não conhecidas respeitantes à reestruturação das Forças Armadas, às alterações de comandos, à integração ainda mais efectiva de Portugal nos planos e objectivos bélicos do imperialismo e da NATO.

Identicamente, no plano financeiro, o projecto de contrair novos e gravosos empréstimos estrangeiros, alienando parte substancial das nossas reservas de ouro sem justificação cabal, sem salvaguarda da nossa independência nacional, é um dado adquirido que Soares guarda na manga como «recurso extremo e salvador» de uma situação que deliberadamente tem deixado apodrecer.

Convém aqui salientar que as denúncias e advertências do PCP não assentam em meras suposições. O acordo e o protocolo adicional assinados pelo PS e o PPD as fundamentam e confirmam largamente.

Valendo, pois, altura de clarificar certas nebulosas posições anticomunistas dos actuais dirigentes do PS e desmontar com a patente realidade os mitos de «esquerda» das posições de Soares.

Nos sustentamos que o actual casamento político do PS com o PPD está na linha tradicional das alianças e cedências à direita que têm caracterizado as posições de Mário Soares nos últimos oito anos.

O secretário-geral do PS sempre reagiu com valores de circunstância às denúncias do PCP de entendimentos seus com forças retrógrads da sociedade portuguesa e com o imperialismo.

Não cabe num artigo desta índole fazer a estória dos conluios de Soares com a direita. É tarefa para os futuros historiadores da nossa época.

Limitar-nos-emos a algumas coisas concretas.

Durante a chamada «contra-revolução legislativa» denunciámos as ingerências americanas na nossa política interna e os maneios, que a comunicação social referiu, de Carlucci, então embaixador em Portugal, para a formação de um grande partido social-democrata resultante da fusão do PS com o PPD.

Soares e os seus amigos desmentiram isto mas que vem ele dizer-nos agora?

Que ele e Sá Carneiro desejavam a aliança agora feita e que tinham mesmo debatido a hipótese da fusão dos dois partidos. Não falou em Carlucci, compreensivelmente, mas o facto objectivo ali está saído da própria boca de Soares no seu «comovido» elogio de Sá Carneiro na boca de sábado.

É, contudo, no domínio das leis do trabalho e nos propósitos de intensificar a ofensiva contra os trabalhadores que a fisionomia de classe da nova coligação de poder se revela em toda a sua verdade.

No acordo PS/PPD afirma-se a «não alteração de lei da greve» mas todo o articulado é um desmentido formal de

(do acordo público que é só esse que conhecemos) do PS com o PSD/PPD preparam-nos para uma dura sessão legislativa em que não daremos tréguas ao governo de bloco central.

Ninguém esperará, aliás, que seja outra a nossa posição depois dos responsáveis do novo governo anunciarem o propósito de agravar drasticamente as condições de vida do nosso povo, desenvolver uma ofensiva generalizada contra as transformações e as reformas mais positivas realizadas depois de 25 de Abril e se preparem para limitar severamente o exercício do direito à greve, a liberalização dos despedimentos e alterar outros aspectos fundamentais da legislação laboral.

Mas como sempre fizemos, ao mesmo tempo que nos opomos a uma política injusta e às leis e às medidas que lhe dão corpo, tudo faremos para que sejam aprovadas leis e medidas que vão ao encontro das aspirações e da solução dos problemas que mais agudamente atingem o nosso povo.

30 projectos de lei

Os 23 projectos que foram anunciados na conferência de Imprensa — e que, com os sete já entrados na mesa da AR perfazem 30 projectos da autoria do PCP — inserem-se, justamente, na preocupação de corresponder às aspirações mais profundas dos trabalhadores e do povo.

Isto mesmo explicaram os deputados que intervieram a seguir a Carlos Brito, apresentando cada um deles, por área, os projectos. Na área do trabalho, Jerónimo de Sousa apresentou os projectos de lei sobre: instituição de um sistema de garantia pública do pagamento dos salários em atraso; medidas de garantia dos direitos dos trabalhadores da Função Pública, com revogação do Dec. Lei do Quadro de Excedentes; alterações do Código do Processo de Trabalho; projecto sobre a entrada em funções dos representantes dos trabalhadores eleitos para os órgãos de gestão das empresas do sector empresarial do Estado.

Zita Seabra encarregou-se da apresentação dos projectos da área da Saúde e Segurança Social, abordando também aqueles que mais directamente dizem respeito às mulheres. Projecto de lei sobre a revogação da legislação que instituiu taxas sobre medicamentos; revogação da legislação sobre especialidades farmacêuticas de venda livre; revogação da legislação que instituiu as chamadas multas sobre a saúde; reposição em vigor da legislação sobre o SNS revogada; garantia do direito dos deficientes ao transporte; idade de Reforma dos Pescadores, foram os projectos anunciados nesta área.

Carlos Carvalhas falou sobre os projectos na área da economia: defesa das empresas públicas e do sector empresarial do Estado; revogação da legislação vigente sobre aumentos das rendas comerciais. Sobre agricultura, Margarida Tengarrinha apresentou as iniciativas do PCP: abolição da taxa do vinho sobre a produção; sus-

uma tal afirmação e uma ameaça de guerra «não declara» contra as classes trabalhadoras.

Na prática, um verdadeiro colete de forças se quer impor ao movimento operário e sindical sob o signo de uma falsa legalidade.

Na base das novas leis encarradas a liberalização dos despedimentos e a adulteração do princípio da justa causa abrirão a porta à intensificação do desemprego e da repressão patronal.

O acordo PS/PPD é um verdadeiro atentado contra a democracia, representa uma tal guinada para a direita que se fosse posto em prática significaria a destruição de tudo o que Abril abriu.

No seu discurso de ontem em Benavente, de que damos neste número do «Avante!» algumas passagens, Álvaro Cunhal pôs a nu o carácter deste acordo, alertou o Povo português para os perigos de desestabilização económica, política, social e mesmo militar que ele envolve. O PCP adverte o Povo português contra as consequências de um tal acordo.

O PCP é por força das circunstâncias, designadamente pelo rumo de direita agora empreendido pelo PS, o maior partido da oposição.

Os comunistas usaram e impulsionarão o uso de todos os meios que a legalidade democrática lhes faculte e ao Povo português para lutar contra o prosseguimento da política de direita pelo futuro Governo PS/PPD.

Os comunistas não estão só nesta patriótica posição. Portugueses das mais variadas condições sociais, formações políticas e religiosas e sectores de opinião partilham as mesmas preocupações, as mesmas apreensões quanto ao futuro imediato do País.

O próprio Primaz de Braga, do seu ângulo de visão, reforça este profundo sentimento popular, quando diz que se «assiste com angústia à deterioração da economia, à subida do custo de vida, ao aumento assustador da dívida estadual, sobretudo, da dívida ao estrangeiro, sem contrapartidas de lançamento de infra-estruturas e desenvolvimento industrial».

Muitos socialistas e outros portugueses democratas e patriotas não só reprovam como encaram este casamento político PS/PPD como mais uma experiência condenada ao fracasso.

Mas o PCP, não é um partido de oposição por oposição — é também o Partido que aponta, defende e luta por uma verdadeira alternativa democrática; que propõe soluções viáveis para os problemas nacionais e um caminho para sair da crise que vai ao encontro das exigências de melhoria das condições de vida do povo, do desenvolvimento da economia, do reforço da independência nacional.

Os sete projectos de lei já apresentados na Assembleia da República pelo PCP são já em si, pelo seu conteúdo e matéria concreta, uma clara afirmação dos propósitos dos comunistas na nova situação que se avizinha.

Como disse há dias o secretário-geral do PCP, através da RTP, «defrontamos a situação, sem dúvida com preocupações, mas também com firme confiança».

A verdadeira alternativa democrática agora adlada acabará por impor-se.

penção das execuções fiscais contra as UCP's/Cooperativas.

Na área do Poder Local, Silva Graça anunciou projectos sobre: reforço dos direitos dos eleitos das autarquias locais; delimitação das áreas de investimento.

Outros projectos anunciados: medidas de defesa da ANOP; projecto de lei sobre instalação, estacionamento, armazenamento ou trânsito de armas nucleares em território nacional; criação da Faculdade de Direito do Porto; garantia dos direitos dos cidadãos que prestam serviço nas forças policiais; medidas relativas à situação jurídica das uniões de facto; garantia dos alimentos devidos a menores; enquadramento do plano nacional de habitação; Lei do Sistema Educativo; direito de acção popular.

Após sublinhar que este conjunto de projectos será acompanhado de várias iniciativas de fiscalização da actividade do Governo e que serão retomados todos os pedidos de inquérito, particularmente os relativos a casos de corrupção, Carlos Brito afirmou:

A composição da Assembleia da República alterou-se profundamente. Apesar da coligação e do governo de «bloco central» há na Assembleia da República uma maioria absoluta de comunistas e socialistas. Sendo assim, só não serão aprovadas as leis, as ratificações e os inquéritos que o PS não quiser aprovar. A actividade da Assembleia da República continuará a ser, e talvez mais hoje do que ontem, extremamente esclarecedora da coerência dos partidos,

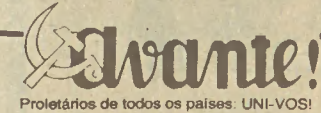
ceitável que, posteriormente, essa agressão seja utilizada para justificar uma maior ingerência externa. É inaceitável que se tente assim impedir os povos desta região de decidirem livremente dos seus destinos».

A jornada do dia 19 constituirá certamente uma importante manifestação de solidariedade do povo português para com a luta de povos que, ainda que em circunstâncias diversas e com objectivos distintos, luta pela sua emancipação e pela sua dignidade, contra a ingerência do imperialismo norte-americano.

Nicarágua, Salvador, Guatemala
Solidariedade activa

que se vive na América Central e Caraíbas, afirmando-se que «A administração Reagan tem as maiores responsabilidades nesta situação e comporta-se de forma que merece a reprovção de países que têm procurado iniciativas para a resolução pacífica e negociada de conflitos na região como o México, a Venezuela, o Panamá e a Colômbia».

Salienta-se ainda: «É inaceitável que os territórios das Honduras e da Costa Rica sejam utilizados por grupos armados para manter uma situação de tensão e agressão contra o território da Nicarágua. É ina-



Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal
dos trabalhadores
da democracia
e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 769725-769722.

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, S.A.R.L. Av. Santos Dumont, 57-59 D.º — 1000 Lisboa Tel. 769744-769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 769725-769722.

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, S.A.R.L. Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 — 2.º — 1000 Lisboa. Tel. 779828-779825-769751.

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Sécúlo, 80 — 1200 Lisboa. Tel. 372238.

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 57B — 4000 Porto. Tel. 693908.

Centro Distribuidor de Coimbra: Rua 1.º de Maio, 186, Pedreira Tel. 312966.

Delegação do Sul: Centro Distribuidor de Évora: Alarcova de Baixo, 13 — 7000 Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 — 8000 Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º — 1000 Lisboa. Tel. 779828.

PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 63-A — 1000 Lisboa. Tel. 776367-776750. Porto — Rua do Almada, 18-2.º Esq.º — 4000 Porto. Tel. 381067.

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 — Venda Nova — 2700 Amadora. Tel. 900044.

Composto e Impresso na Hesk Portugal — R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — 2700 Amadora.

Depósito legal n.º 205/82

Tiragem do mês
De Maio: 48 112

PCP

A convite do PCP

Delegação do PC da Checoslováquia em Portugal

Termina hoje a visita de quatro dias, feita ao nosso país a convite do PCP, de uma delegação do Comité Central do Partido Comunista da Checoslováquia dirigida pelo camarada Vasil Bilak, membro do Presidium e do Secretariado do PCC. A delegação, de que também fazem parte os camaradas Michal Stefanak, suplente do CC, e primeiro vice-chefe da Secção Internacional, e

Norbert Zidek, da mesma secção, visitaria ontem o Ribatejo, numa deslocação que se iniciou pela manhã com uma recepção na Direcção da Organização Regional de Santarém (DORSA) do PCP. Após o almoço na cidade, a visita prosseguiria no Concelho de Coruche com deslocações à União das Cooperativas do Couço e às UCP/Cooperativas de produção desta zona e à Câmara Municipal, onde a

delegação foi recebida pela vereação, encabeçada pelo respectivo presidente, camarada Carlos Gomes. Seguir-se-ia um jantar-convívio onde esteve presente o secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, e um Comício de Amizade PCP/PCCh no Cine Teatro de Benavente. Raimundo Cabral, membro suplente da Comissão Política do CC do PCP, acompanharia a delegação em toda a visita ao Ribatejo.

Cumprindo um intenso programa que se iniciaria logo no dia da chegada, na passada segunda-feira, com a 1.ª sessão de conversações no CT do PCP da Sоеiro Pereira Gomes (com Álvaro Cunhal, secretário-geral, Sérgio Vilarigues membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP e Albano Nunes, membro do CC e responsável pela Secção Internacional do PCP), a delegação checoslovaca deslocar-se-ia na terça-feira a Vila Franca de Xira, onde foi recebida, de manhã, pelo Secretariado da Comissão Concelhia do PCP no CT local, resultando do encontro uma ampla troca de informações, nomeadamente acerca do funcionamento do Poder Local democrático no Portugal de Abril e, particularmente, do trabalho desenvolvido pelo PCP e pela APU. Seguir-se-ia uma visita à empresa "MAGUE", em Alverca, conduzida pelas organizações representativas dos trabalhadores, e que levaria a delegação a algumas das



À chegada ao aeroporto de Lisboa

gigantescas oficinas em plena laboração. Um encontro nas instalações das organizações dos trabalhadores com delegados das mesmas permitia uma abordagem do peso socioeconómico desta empresa privada no concelho de Vila Franca de Xira, da força e organização dos seus trabalhadores onde 20% são comunistas (destes,

60% operários), dos êxitos reivindicativos das suas lutas, da solidariedade e participação activa dos trabalhadores da "MAGUE" na luta geral do Povo português na defesa do Portugal de Abril, das conquistas da Revolução, do regime democrático. O camarada Vasil Bilak, após agradecer a oportunidade de visitar esta empresa, sublinharia que

"o povo trabalhador não tem nada de graça, tudo o que conquista é fruto de duras lutas — vocês são mais uma vez a prova disso".

Uma projecção de "slides" explicada por um membro da administração da empresa, dimensionaria as capacidades de realização da "MAGUE", o seu prestígio internacional e a

sua penetração em dezenas de mercados em todo o mundo. A visita terminaria com um almoço no refeitório da empresa, com os trabalhadores. Na próxima edição do "Avante!" daremos conta de mais pormenores acerca da visita da delegação do PCC, realizada no quadro das fraternais relações que unem os nossos dois partidos.



Com a Comissão Concelhia do PCP de Vila Franca de Xira

Álvaro Cunhal O Acordo PS/PSD base de uma política de direita

(...)
Há fortes razões para estarmos preocupados com a política externa do novo governo PS/PSD, com os novos perigos que este pode trazer a Portugal continuando a política de submissão ao imperialismo norte-americano dos governos «AD».

Mas pelo Acordo entre o PS e o PSD que os dois partidos acabam de firmar, também há razões para estarmos preocupados com a política interna do governo PS/PSD.

O Acordo confirma inteiramente tudo quanto o nosso Partido afirmou acerca do que será a política do governo Mário Soares/Mota Pinto.

Não são suposições nossas. Embora envolvido em fórmulas e frases de complicada linguagem, as linhas essenciais duma política antipopular e antidemocrática estão claramente escritas nesse Acordo.

Não vamos aqui fazer a sua análise exaustiva. Mas interessando desde já referir alguns dos seus aspectos centrais, permiti-me quatro observações.

A primeira.
O Acordo confirma que o governo PS/PSD se prepara para impor aos trabalhadores condições ainda mais graves de trabalho e de exploração.

Nele se estabelece aquilo a que chama «a admissibilidade da suspensão temporária da relação de trabalho ou de redução parcial do tempo de trabalho» o que significa, em palavras mais simples, o anúncio da nova onda de despedimentos.

Nele se anuncia uma maior «celeridade» do «processo disciplinar laboral», o que significa o propósito de instaurar nas empresas uma violenta política repressiva com a multiplicação de castigos, de multas, de prolongadas suspensões e de mais despedimentos.

Nele se estabelece o propósito de «ajustar a disciplina dos contratos de trabalho ao modelo das legislações da CEE», o que significa o propósito de retirar aos trabalhadores portugueses todos os direitos conquistados com o 25 de Abril e que nos países do Mercado Comum não são reconhecidos.

Conforme noutra local noticiámos, ontem à noite, à hora do fecho da nossa edição, decorreu no Cine Teatro de Benavente um comício de amizade PCP/PCCh, no qual intervieram Vasil Bilak e Álvaro Cunhal. Dos respectivos discursos damos nesta página breves extractos.

Nele se programa a criação de um «Conselho Económico e Social», a que se chama «estrutura tripartida» e que, tal como temos denunciado, se destina a ser o instrumento da elaboração e imposição do malfadado «Pacto Social», ou seja, a imposição (através de uma falsa negociação e de um falso consenso) de penosas condições (contenção de salários, diminuição de regalias sociais, intensidade de trabalho, renúncia a direitos, etc.) que façam pagar aos trabalhadores o preço da crise, para que os capitalistas aumentem os lucros e dinamizem o processo de acumulação e centralização de capitais e de restauração dos monopólios.

Segunda observação.
O Acordo confirma que o governo PS/PSD se prepara para continuar e mesmo agravar a ofensiva contra as nacionalizações, contra a Reforma Agrária, contra os justos direitos alcançados pelos rendeiros com a Revolução de Abril.

Nele se anuncia uma nova lei dos sectores, começando a nova ofensiva com a entrega ao capital privado de sectores-chave como são a banca, os seguros, os adubos e os cimentos.

Nele se estabelece aquilo a que hipocritamente se chama a definição dos «critérios de posse útil da terra expropriada» com «uma visão humanista e não colectivista de modernização agrícola do país», — palavras que escondem o propósito de continuar contra as UCPs/Cooperativas da Reforma Agrária, a obra de destruição agrícola, de abandono, de desemprego e de miséria que tem caracteri-

zado a ofensiva contra a Reforma Agrária desde o governo do PS sozinho em 1976 até ao governo «AD» em 1982.

Nele se estabelece, de mistura com linhas de orientação que repetem os chavões da política agrária dos tempos da ditadura, a «revisão» da Lei do Arrendamento Rural o que significará certamente uma nova e mais gravosa lei dos senhorios ricos.

Terceira observação.
O Acordo confirma que o governo PS/PSD se prepara para governar utilizando métodos antidemocráticos e pondo em causa direitos e liberdades dos trabalhadores.

Assim, no que respeita ao direito à greve diz-se hipocritamente no Acordo que a Lei da Greve é «inalterável». Mas logo se acrescenta o propósito de «impedir (...) piquetes de greve que por quaisquer formas impeçam o livre acesso ao local ou à efectivação do trabalho», ou seja, o propósito de fazer entrar à força nas empresas em greve toda a espécie de amarelos. E se acrescenta também o propósito de vir a definir «os serviços» que não podem ser abrangidos pela greve, sendo de prever que, com um governo PS/PSD pouco ficará de fora.

E como se prepara o governo PS/PSD para governar? No quadro do funcionamento das instituições? Submetendo os seus projectos de lei à Assembleia da República? Tomando decisões à luz do dia de forma a que o povo possa ajuizar e julgar?

Não. O governo PS/PSD prepara-se para governar fugindo à apreciação, recusa ou ratificação pela Assembleia da República dos seus decretos-leis em matérias de importância capital.

E o caso das nacionalizações. No Protocolo Adicional do Acordo PS/PSD estabelece-se que o futuro governo se propõe alterar a Lei de Delimitação dos Sectores Público e Privado mediante autorização legislativa!

Dispondo de maioria na Assembleia da República, o PS e o PSD, preparam-se para governar nas costas da Assembleia, nas costas do povo, impedindo os debates públicos, evitando que o Povo português, a opinião pública faça o seu juízo e se pronuncie em questões de interesse fundamental para o País.

O governo PS/PSD pensa tomar posse, tomar decisões em matérias fundamentais e governar num período de férias da Assembleia, em período de férias de grande parte da população portuguesa, de forma a poder tomar decisões fundamentais sem qualquer controlo da Assembleia e num período em que estão encerradas ou praticamente encerradas numerosas fábricas e empresas e em que portanto é menor a mobilização dos trabalhadores para a intervenção na luta social e política.

É necessário alertar o povo de que se trata de um perigoso caminho para o uso e abuso de métodos que nada têm a ver com a democracia, de métodos administrativos de tipo ditatorial.

Quarta observação.
O acordo confirma que o governo PS/PSD procurará cobrir com a mais descarada demagogia a sua política antipopular e antidemocrática.

O PS e o PSD têm o arrojo de definirem como princípios seus os do «socialismo» e da «social-democracia». Têm o arrojo de se afirmarem campeões de uma moralização democrática que não têm qualquer intenção de praticar.

Assim, no Acordo escrevem-se algumas bonitas palavras acerca do combate à corrupção, à especulação, ao açambarcamento, ao contrabando e à fraude fiscal.

Mas alguém pode acreditar em tal combate, quando vão gover-

nar precisamente aqueles mesmos com os quais todos esses males proliferam?

Alguém pode acreditar em tal combate, quando se fala como futuros ministros, em Eduardo Pereira para a Habitação ou a Administração Interna e Vaz Portugal ou outro que tal para a Agricultura?

Da mesma forma, no Acordo dizem-se bonitas palavras acerca do apertadismo e pluralismo nos órgãos de Comunicação Social pertencentes ao Estado.

Mas, conhecedores que somos do que foram os governos de Mário Soares e de Mota Pinto em matéria de Comunicação Social, será preciso esperar que venha o governo para se afirmar que na Televisão, na Rádio, nos jornais estatizados, o «pluralismo» será o monopolismo partidário PS/PSD (alargado ao CDS) com a continuação das discriminações e campanhas contra o PCP, o movimento operário e todas as forças progressistas do País?

Ao chegarem a um tal Acordo que representa uma punhalada no regime democrático português e nas suas conquistas, explica-se que Mário Soares, numa declaração que se seguiu à sua assinatura, tenha julgado oportuno, não reafirmar o programa do seu próprio

Vasil Bilak Construir o socialismo é também lutar pela paz

(...)
Parte importante da construção do socialismo é também a luta pela paz. O socialismo não pode existir sem a paz. É no trabalho pela paz que prova a sua superioridade histórica sobre o capitalismo. Por isso a nossa sociedade vê hoje como sua tarefa principal a luta pela manutenção da paz, pela cessação da cada vez maior corrida aos armamentos e pela liquidação do perigo de uma guerra nuclear.

Confirmámos isso também na sessão do Comité Político Consultivo dos Países do Tratado de Varsóvia, realizado em Janeiro em Praga. Apresentámos aqui um programa claro daquilo que é necessário fazer e como é possível eliminar a situação perigosa existente, como é possível impedir a catástrofe nuclear e a destruição da civilização.

Estamos convencidos que as forças da paz são hoje tão fortes que, se continuarem unidas, podem obter uma viragem decisiva na evolução desfavorável da situação internacional. Relacionada com isso está orientada uma importante iniciativa para celebrar o «Tratado Sobre a Não Utilização da Força Militar e para a Manutenção das Relações de Paz», entre os países do Tratado de Varsóvia e a NATO.

Não é possível separar a paz do socialismo. Os países socialistas nunca esqueceram este princípio, aplicando-o consequentemente na sua política externa.

A Checoslováquia que no seu território não tem um único míssil com carga nuclear é, porém, ameaçada pela política agressiva dos EUA e seus planos de instalação dos mísseis nucleares americanos próximo da nossa fronteira. Esta concepção desumana da chamada guerra nuclear limitada ameaça a destruição nuclear de toda a Europa — este antigo berço de uma civilização bela e insubstituível.

Por isso temos que fazer em conjunto tudo para que a Europa seja um continente da paz e da cooperação entre as nações. Nesta época tão importante para todo o mundo, não é possível considerar como primordial a filiação política ou religiosa mas, para todas as forças progressistas do mundo, é vital e indispensável unir efectivamente todas as suas forças para a salvação da civilização humana e

partido, não certificar os seus próprios militantes e eleitores da sua fidelidade à democracia, mas sim fazer o elogio de... Sá Carneiro.

Mário Soares renuncia voluntariamente uma vez mais, no quadro político português, a assumir o papel de um dirigente de esquerda, para se afirmar, já sem disfarces, um político de direita.

No Acordo PS/PSD ousa-se ainda falar de «um governo de centro-esquerda». Mas por esse mesmo Acordo se confirma que a política do governo PS/PSD, como o PCP tem previsto e prevenido, prosseguirá e mesmo agravará as orientações fundamentais dos governos «AD».

O governo que se prepara não é um governo de centro-esquerda, nem um governo de «centro». Será um governo com uma política abertamente de direita.

Ora, relembando uma velha afirmação popular, podemos hoje repetir que «o povo não aceita um governo de direita».

Pela sua política de direita será combatido. E pela sua política de direita acabará por ser derrotado.

(...)

da vida do nosso planeta.

Junto com todas as forças progressistas do mundo devemos fazer tudo para que triunfe a razão e o bom senso, sobre a loucura, e para que seja garantida para todos a vida em paz.

Nos comunistas checoslovacos apoiamos a União Soviética como a força principal que garante a paz e a segurança do nosso país e apreciamos altamente os constantes esforços da União Soviética na luta pela paz e contra o perigo da guerra. A União Soviética tem vindo a demonstrar constantemente pelas suas actividades a fidelidade e a abnegação pela causa do socialismo e pelo seu novo desenvolvimento.

O Partido Comunista e o nosso povo nunca esquecerão as vítimas que a União Soviética teve na luta contra o fascismo pela salvação da Europa perante a barbárie fascista. E da mesma forma consideramos hoje como nosso dever comunista exprimir admiração e apreço profundo ao partido leninista e ao povo soviético pelo cumprimento exemplar, abnegado e decisivo do dever internacionalista na luta pela manutenção da paz e pela contribuição decisiva no desenvolvimento da revolução socialista mundial.

Na actual situação internacional, difícil e agudizada, consideramos também, nós, como nosso dever primordial, contribuir para o fracasso das preparações criminosas da guerra na Europa e deter o imperialismo que ameaça a própria existência da Humanidade.

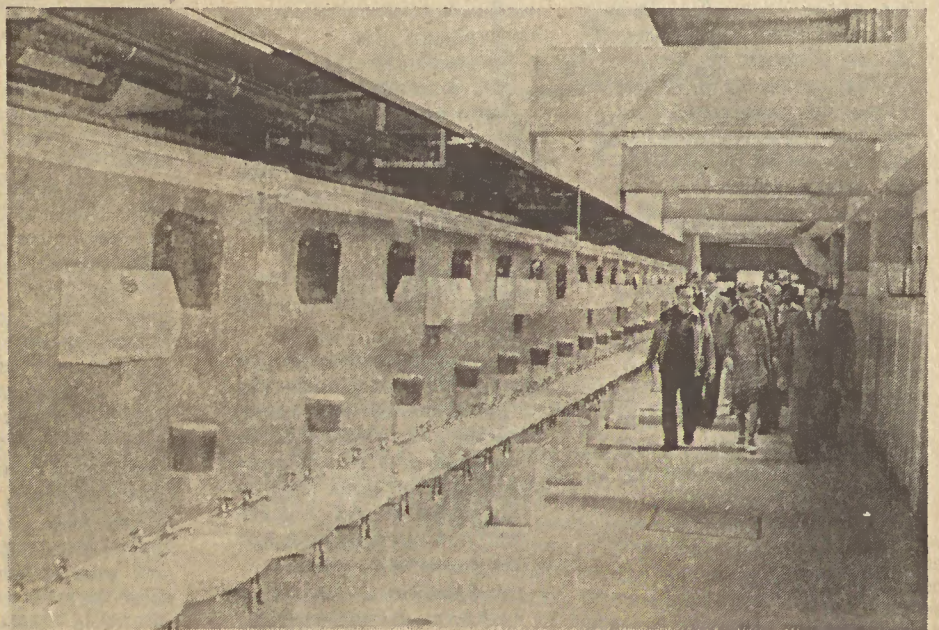
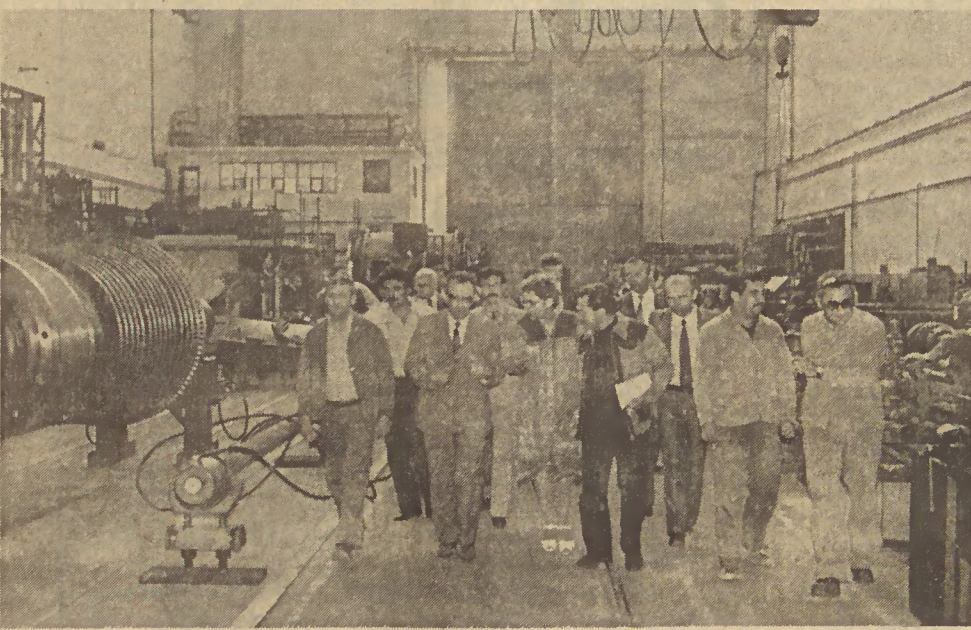
Todos os países socialistas estão preparados para enfrentar os planos arriscados do imperialismo americano e mundial. Já muitas vezes foi dito que os países da comunidade socialista não permitirão que o imperialismo atinja a tão desejada supremacia sobre a comunidade socialista, e que, pelo contrário, tudo farão para que se atinja o regresso ao caminho aberto por Helsínquia e para que se chegue finalmente a um acordo sobre a limitação das armas estratégicas e a cessação da corrida aos armamentos provocada pelos círculos americanos dos monopólios militares e industriais.

Para isso deve contribuir também uma importante iniciativa de paz que é a Assembleia Mundial pela Paz e a Vida Contra a Guerra Nuclear que terá lugar em Praga dos dias 21 a 26 de Junho corrente.

(...)



Nas instalações da Mague



PCP

Construção civil Plenário no Vitória a 2 de Julho

Informa-nos o Comité Local de Lisboa do PCP que está marcado para 2 de Julho próximo (um sábado), no Centro de Trabalho Vitória, na Avenida da Liberdade, um importante plenário de militantes comunistas que trabalham no sector da construção civil, em empresas com sede na área de Lisboa. O plenário decorrerá entre as 15 e as 18 e 30. «Contamos com a tua ajuda!».

Colóquio em Lisboa

«A Paz e a situação internacional»

Subordinado ao tema «A Paz e a situação internacional», vai realizar-se no próximo dia 17, no salão do hotel Roma, em Lisboa, um colóquio promovido pelo organismo de direcção da 6.ª Zona do Comité Local de Lisboa do PCP.

Intervirá o camarada Albano Nunes, membro do Comité Central do Partido. O colóquio está marcado para as 21 horas.

Santos Populares na linha do Estoril

Actuações de vários grupos musicais, bailes, diversões, «comes-e-bebes» — este o programa, em traços gerais, dos festejos dos Santos Populares que decorrerão nos dias 10, 11, 12, e 24 deste mês de Junho na Cooperativa «A Linha do Estoril», por iniciativa da Comissão pró-Centro da organização da Parede do Partido Comunista Português.

Paul de Magos

É já no próximo domingo que decorrerá em Paul de Magos o concurso de pesca individual organizado pela Comissão Concelhia do PCP de Salvaterra. A inscrição (200 escudos) dá também direito a participar num almoço-convívio a realizar no celeiro dos Bombeiros Voluntários.

Debates no Sector Intelectual da ORL

Abertos à participação de militantes das organizações integradas no Sector Intelectual da ORL (professores, artes e letras, e quadros técnicos) vão realizar-se durante o corrente mês de Junho no CT Vitória sessões-debate sobre os seguintes temas e nos dias indicados, com início às 21 e 30:

Dia 14 (terça-feira) — A situação internacional actual, suas perspectivas, com Albano Nunes.

Dia 20 (segunda-feira) — A XVII Exposição, seu interesse, as questões que levanta, com J. Pessoa, D. Markl, V. Serrão e Santa Rita.

Dia 27 (segunda-feira) — A situação económica portuguesa, diagnóstico, causas, saídas, com Carlos Carvalhas, Górgio Duarte e Octávio Teixeira.

Algarve

Plenário da DORAL

A Direcção Regional do Algarve do PCP reuniu-se no passado dia 5, tendo analisado a situação política e social da região e discutido «várias formas de relançamento do trabalho nas autarquias e nas várias estruturas do movimento de massas», como refere ao «Avante!» a SIP da DORAL.

Das conclusões deste plenário, em que esteve presente o camarada José Vitoriano, membro da Comissão Política do CC, daremos na próxima edição mais pormenores.

Convívio em Albufeira

Margarida Tenagarrinha, do CC, e deputada pelo Algarve, participa no almoço-convívio que decorrerá no próximo domingo, dia 12, nas instalações do CT de Albufeira.

Cinema em Faro

Amanhã será exibido no CT de Faro, no âmbito do ciclo de cinema que aí vem decorrendo, o filme de António Macedo «Princípio da Sabedoria».

Concurso de pesca em Vila do Bispo

Prossegue o trabalho preparatório do concurso de pesca que se realiza no dia 10 de Julho na costa de Sagres, cujo produto revertirá para a compra de um futuro Centro de Trabalho para o Partido em Vila do Bispo, concelho de maioria APU.

Está em distribuição o regulamento do concurso bem como os boletins de inscrição para os pescadores ou para as equipas. Todos os interessados podem dirigir pedidos do regulamento e inscrições para os Centros de Trabalho do PCP em Faro ou em Lagos.

Santarém Reunião de quadros sindicais comunistas

Decorreu na cidade de Santarém uma reunião de militantes comunistas com responsabilidades na acção sindical no distrito, tendo analisado em pormenor as principais questões da «situação política e social» e as «medidas a tomar». Das conclusões do debate salientamos:

É com grande apreensão que os quadros sindicais comunistas do distrito de Santarém, vêem o futuro do nosso país, após terem a confirmação de que o acordo de governo PS/PSD aponta contra os interesses dos trabalhadores, nomeadamente na revisão das leis laborais, lei da greve, férias, faltas e feriados, etc., assim como para a abertura de sectores como a Banca e os Seguros ao capital privado.

Após a análise pormenorizada da situação de muitas empresas dos mais variados sectores de actividade no distrito de Santarém, verifica-se que de uma maneira geral a situação é difícil (salários em atraso, não cumprimento dos contratos, repressão, limitação das liberdades sindicais, despedimentos, etc.) e não serão com as medidas vindas do conhecimento público, do acordo PS/PSD, que serão resolvidos os problemas dos trabalhadores e do país.

Neste sentido, os quadros sindicais comunistas presentes nesta reunião concluem que é necessário continuar a luta aos mais variados níveis:

- Na resolução dos problemas concretos dos trabalhadores nos seus locais de trabalho;
- No acompanhamento das lutas sectoriais, que se encontram já em desenvolvimento;
- Levando à prática as resoluções do movimento sindical unitário;
- No desmascaramento dos objectivos do chamado «pacto social» que aparecendo com a finalidade de resolver a crise, pretende sim agravar ainda mais as condições de vida e de trabalho e estrangular a luta do movimento operário;
- Na defesa das conquistas de Abril, nomeadamente as nacionalizações e a Reforma Agrária.

Plenário de militantes da Organização Regional do Alentejo

Amanhã, entre as 10 e as 19 e 30, realiza-se na cidade de Évora um plenário de militantes do PCP da Organização Regional do Alentejo. Estarão presentes camaradas da direcção do Partido, da DORA dos distritos de Beja, Évora e Portalegre e também uma representação da Juventude Comunista Portuguesa.

Será apresentada a seguinte proposta de ordem de trabalhos:

1. Grandes direcções de trabalho na Organização Regional do Alentejo para o reforço de vários aspectos fundamentais da organização até ao congresso do partido;
- Comissão Concelhias

e de Freguesia: exemplos de experiências positivas, dificuldades existentes e como ultrapassá-las.

- Células: como estruturar e pôr a funcionar as células e em que empresas isso é possível até ao Congresso do Partido.
- Frentes: experiências e medidas para o reforço de algumas grandes frentes.
- Quadros, Recrutamentos e Cursos: os camaradas quando intervierem nos pontos acima referidos vão também abordar as questões ligadas aos quadros que se destacam nos seus sectores, questões de formação desses quadros e de ou-

tros e possibilidade de recrutamento, designadamente entre a juventude, as mulheres e os agricultores.

2. A luta no plano político e ideológico na nova situação resultante das eleições de Abril.
- As linhas de acção fundamentais.
- A imprensa, os materiais do Partido e o seu papel.
- As grandes iniciativas regionais e nacionais previstas para o ano de 1983.

O plenário decorrerá no Palácio D. Manuel, estando prevista entre as 13 e as 14 e 30 uma interrupção dos trabalhos para o almoço.

Centro de Trabalho na vila da Feira (Aveiro)

O Partido tem um Centro de Trabalho no concelho da Feiral Trata-se de uma casa antiga que depois de restaurada terá óptimas condições para o desenvolvimento da organização do PCP no concelho. Tem também um terreno que será de grande utilidade para a realização de iniciativas — festas, sessões ao ar livre, piqueniques, etc.

O concelho da Feira, composto por 31 freguesias (o maior do distrito de Aveiro), conta hoje com uma organização do Partido de quase 600 militantes e com crescente implantação nas empresas e nas

freguesias, situando-se neste concelho a primeira freguesia do distrito onde a APU ganhou as eleições para a Junta de Freguesia (Fiães).

Foi difícil conseguir-se em todos estes anos um Centro de Trabalho no concelho. Todas as tentativas para alugar uma casa foram boicotadas pela direita.

Apesar de todos os contratempos, a organização do Partido no concelho não desarmou e, persistentemente, acabou por encontrar uma casa na Vila da Feira, sede do concelho.

Agora há tarefas importantes a levar a cabo. Trata-se de

restaurar da casa, que terá que ser feito através do trabalho voluntário dos militantes e simpatizantes do Partido.

Dando continuação a jornadas já realizadas, no próximo fim-de-semana — 10, 11 e 12 — vai realizar-se uma grande jornada de trabalho voluntário que contará com a solidariedade das organizações dos concelhos vizinhos.

Por outro lado, já se deu início à campanha dos 3 mil contos para pagar e restaurar o Centro de Trabalho, que irá continuar a reforçar um movimento de viva solidariedade.

II Assembleia dos comunistas da Freguesia de Campo (Valongo)

Sob o lema «reforçar o Partido — organizar para vencer», realizou-se no passado sábado a II Assembleia da Organização de Freguesia de Campo (Valongo).

Na assembleia, que contou com a participação de 79 delegados e 9 convidados, foi apresentado pelo camarada Adriano Ribeiro o relatório da Comissão de Freguesia que terminou o mandato, um documento em nome da Comissão de Mulheres pela camarada Otilia Ferreira, um comunicado pelo camarada Jesus da Fonseca sobre a actividade dos comunistas na autarquia de Campo e uma proposta sobre o trabalho futuro pelo camarada Neca Santos.

Diversas saudações foram ali aprovadas entre as quais destacamos uma dirigida aos trabalhadores da Cifa, que prosseguem corajosamente a sua luta, e uma outra a todos os elementos integrantes da APU.

O papel da organização do Partido e a participação dos seus militantes nas várias lutas desenvolvidas, nomeadamente na Cifa e na Uniteca, foram ali realçadas como intervenções justas e necessárias na medida em que tiveram sempre «como grandes impulsionadores e dirigentes os militantes do Partido, que mobilizaram a população de Campo para a presença nos plenários, nos piquetes e na recolha de géneros e sua distribuição».

Reforçar a participação das mulheres no trabalho da organização foi outra conclusão importante. Um apelo ficaria da intervenção da Comissão de Mulheres: «Entendam e ajudem as vossas mulheres a reforçar a nossa organização e estaremos a ajudar o Partido». E para provar uma melhoria neste sentido a nova Comissão de Freguesia (30 camaradas) tem 9 mulheres.

No plano do trabalho na autarquia, tal como foi referido na

Assembleia, o aumento substancial de votos nas últimas eleições autárquicas prova que o povo de Campo confia na APU e por isso, apesar do presidente da Junta ser uma figura do passado, os eleitos comunistas tudo farão para melhorar as condições de vida do povo de Campo e defender os seus interesses, para o que têm já elaboradas diversas propostas que irão apresentando na A. F.

A melhoria das condições do CT, a formação ideológica dos quadros, a propaganda e a imprensa do Partido, o recrutamento, o trabalho com a juventude e os fundos, foram alvo de propostas de trabalho, com metas apontadas a cumprir durante o ano.

Nesta animada e participada Assembleia da freguesia de Campo fez uma intervenção final sobre a situação política o camarada Edgar Correia, responsável da DORP e membro do CC do PCP.

Região Autónoma dos Açores

Reuniu a Concelhia de Lagoa

Decorreu no passado dia 21 uma reunião da Comissão Concelhia do PCP da Lagoa (ilha de S. Miguel, Açores).

No primeiro ponto da ordem de trabalhos foram analisados os resultados eleitorais nacionais, regionais e do concelho. A Comissão concluiu que a votação na APU foi uma vitória da democracia dos trabalhadores porque permitiu a derrota dos partidos da direita (PPD e CDS) agarrados ao Poder. A Comissão concluiu também que os trabalhadores e o povo do concelho contribuíram para o reforço da APU (subida de mais de 22% da APU no concelho, ao mesmo tempo que o PSD, o PS e a UDP baixaram de votação). De salientar que a APU é a terceira força política mais votada nas freguesias de Santa Cruz e Rosário e constata-se ainda que o maior partido do concelho é a abstenção o que representa uma cada vez maior oposição passiva ao PPD regional.

A Comissão Concelhia do PCP saúda todos os militantes e todos os democratas com ou sem partido, que com o seu empenhamento tornaram possível o reforço da APU. A Comissão alerta todos os trabalhadores e o povo do concelho para as alianças com a direita que a direcção do PS está a fazer com o PPD. Esta aliança contraria a vontade do nosso povo expressa nas urnas em 25 de Abril. O PS vai permitir que o PPD, depois de derrotado, suba novamente ao Poder pela traição da direcção do PS/Mário Soares, sublinham os comunistas de Lagoa, que acrescentam:

Todos os democratas com ou sem partido devem-se opor à formação deste governo porque ele não solucionará, antes agravará os grandes problemas económicos e sociais do nosso país. Exemplo disso são os recentes aumentos dos preços: leite, pão, frangos etc., que vêm agravar ainda mais a fraca bolsa da maioria do nosso povo.

Quanto ao segundo ponto da ordem de trabalhos, ligado às questões orgânicas e direcção do Partido no plano do concelho, a comissão decidiu propor para debate às organi-

zações do partido no concelho, freguesias e empresas, a realização da 1.ª Assembleia da Organização do Concelho da Lagoa para o mês de Novembro do ano corrente.

A comissão do PCP decidiu convocar outra reunião para o princípio de Junho, assim como pôr em prática algumas questões de direcção relacionadas com a 1.ª Assembleia da organização.

Quanto ao terceiro ponto, a Comissão debruçou-se sobre alguns aspectos da gestão autárquica da Câmara da Lagoa e a actividade do eleito da APU na Assembleia Municipal da Lagoa.

Concelho do Funchal 1.ª Assembleia da Freguesia de S. Pedro no domingo

Dando continuidade às decisões tomadas na 1.ª Assembleia da Organização da Região Autónoma da Madeira do PCP, vai realizar-se no próximo domingo, dia 12, durante toda a tarde, no Centro de Trabalho do Partido no Funchal, a 1.ª Assembleia da Freguesia de S. Pedro (concelho do Funchal).

A SIP da DORAM do PCP disse ao «Avante!» que «além de aprofundar o estudo e a análise das carências e da situação social da freguesia, a Assembleia fará o balanço da actividade da organização do Partido e elegerá a sua Comissão de Freguesia».

A 1.ª Assembleia dos comunistas de S. Pedro terminará com um jantar de confraternização no restaurante «A Tangerina».

ORGANIZAÇÃO DA 4.ª ZONA/CLL DO PCP

11 e 12 de Junho 83

Festa do Futuro

Domingo

COMICIO

JAIME FÉLIX

MEMBRO DO SECRETARIADO DO CC DO PCP

Praça Paiva Couceiro

A tradicional Festa do Futuro, iniciativa da 4.ª zona do Comité Local de Lisboa, vai realizar-se já no próximo fim-de-semana na Praça Paiva Couceiro, ao Alto de S. João. Do vasto programa, que, saliente-se desde já, tem motivos de interesse para todas as idades, vamos destacar:

Sábado, dia 11 — manhã infantil a partir das 10 e 30 com pinturas, desenhos, palhaços («Didi» e «Zé Zé»), César Aires e Rosalina Pinho; à tarde, com início às 16 horas, música «rock» com a banda «Semi-Breve», seguindo-se um momento de música popular portuguesa com Samuel e o grupo Horizonte Novo; à noite, destaque para as actuações de António Cabral (harmónica), Carlos Pinto e Fado de Abril, com a presença de 10 fadistas.

Ainda durante o dia de sábado: filmes e exposições no salão da Junta de S. João.

Domingo, dia 12 — manhã infantil a partir das 10 e 30, com pinturas e desenhos e as exposições dos Palhaços Emilianos, do ilusionista Joieff e Isabel Cid; à tarde, actuação de João Heitor, Paulo Valentim, Jogaíral do Barreiro, Pedro Ferreira e Trova Nova; à noite, depois da participação de Nuno Gomes dos Santos, comício com intervenção de Jaime Félix, membro suplente do Secretariado do Comité Central; depois, actuação do grupo Praça Pública. No final da Festa decorrerá o sorteio da rifa «Festa do Futuro».

Durante os dois dias estarão em funcionamento permanente o bar, o «sai-sempre», a banca e a zona do xadrez.

Nos três primeiros dias de Julho Grandes jornadas de convívio popular em Braga Beja e Amadora

Três cidades, três regiões do país bem diferentes.

Três festas do PCP, nos três primeiros dias de Julho.

Braga, Beja, Amadora — três pontos diferentes que vão viver três dias de animação, de convívio, de amizade.

Em Braga é a Festa da Alegria (Parque Municipal de Exposições). Em Beja é a Festa Alentejana (Parque de Campesina). Na Amadora é a Festa da Unidade (Damaia).

Três festas, três programas, três espaços abertos à música, à arte, à cultura, ao desporto, ao esclarecimento político. Três espaços abertos a

todos. Aos mais velhos e aos mais novos.

Espectáculos variados — da música popular portuguesa ao «rock». Passando pelo fado. As actividades infantis. O desporto. O xadrez e as damas. Os jogos populares. Os «comes e beberes». Os stands das organizações. Os debates e coloquios. As exposições. O esclarecimento político. Numa palavra: tudo um pouco irá passar pelas festas de Braga, Beja e Amadora.

Vale a pena estar atento. Brevemente, aqui nas páginas do «Avante!», o amigo leitor encontrará todos os pormenores sobre estas realizações festivas.

Setúbal No concelho de Santiago

Diversos organismos do Partido do concelho de Santiago do Cacém (distrito de Setúbal) levam a efeito convívios populares por ocasião dos Santos Populares. E só escolher:

11 de Junho — Bailes de St. António em Ermidas-Sado e Alvalade-Sado (aqui com o conjunto «TELEX»).

23 e 24 de Junho — Bailes de S. João em Relvas Verdes — Santiago e Ermidas.

25 de Junho — Almoço-convívio no Cercal do Alentejo onde estará presente o camarada Sousa Marques que fará uma intervenção política.

25 e 26 de Junho — Bailes populares nas Ademas — St.ª Cruz e nos Foros da Casa Nova — S. Domingos.

Rifa distrital • Os trabalhadores apoiam o seu Partido!

Face ao crescimento das despesas correntes e dos encargos financeiros inerentes à actividade do Partido e ainda devido à sobre carga de duas campanhas eleitorais num curto espaço de tempo, impõe-se uma participação atenta às receitas do Partido — salientam os camaradas de Setúbal.

A cada organização, a cada militante, coloca-se a questão de como aumentar as receitas do Partido. Trata-se pois de uma questão que exige a compreensão e a solidariedade de todos os camaradas e amigos.

Há a necessidade dum esforço suplementar, que se traduza no aumento das receitas da Direcção Regional de Setúbal. Assim, decidiu a DORS lançar uma rifa distrital para ser vendida entre 1 de Junho e

31 de Dezembro, a sortear na festa de fim-de-ano em Setúbal.

São os seguintes os prémios da rifa:

- 1.º — Um Automóvel
- 2.º — Um televisor a cores
- 3.º — Uma viagem à Madeira para duas pessoas
- 4.º — Uma tenda de campismo
- 5.º — Um centrifugador eléctrico
- 6.º — Uma batedeira eléctrica
- 7.º — Um par de «walki-talki»
- 8.º — Uma colecção de Obras Escolhidas de Lênine
- 9.º — Um álbum duplo de música «rock»
- 10.º — Uma boneca para criança.

Já estão definidas as metas para todas as organizações do distrito. Dá a tua ajuda!

Almd e Crm estien • No primo

Apesar da chuva que um tanto suprimiu endentemente caudal domingo, foi com entusiasmo que decorram no último fim-de-semana as festas populares organizadas pelo Partido em Beja, na Marinha Grande, e em Camarate, onde o convívio das canções e o desfile político deram corpo a realizações de boa participação popular, nomeadamente na Marinha Grande, em que a Festa chegou a atingir centenas de milhares.



Em Carnide

Octáv cometan

No passado domingo tiveram em comendatário o sinal da véspera PS e o sinal do próximo que alerta os perigos do acordo.

O camarada Octávio, membro da Comissão Política do CC do PCP, realizou no domingo, em Beja, uma intervenção.

O atraso económico que as políticas de direita accentuaram levou a um contínuo endividamento do nosso país. O crescimento do endividamento exterior por sua vez, condiciona cada vez mais o nosso desenvolvimento económico. Em termos políticos, num círculo vicioso onde só se consegue avançar com uma política contrária à que foi seguida pelos governos da AD, a continuidade da política iniciada pelo PS).

Quer isto dizer que a aliança PS/PPD significará a perpetuação do círculo vicioso, logo agravamento para limitados perigosos a sobrevivência de Portugal de todos os défices da nossa economia e a imposição do nosso povo de condições de vida insustentáveis indignas para o homem português.

O ano de 1983 está regado de ameaças para os portugueses e para a independência de Portugal. Praticamente um gal da dívida externa a curto prazo, isto é, a ser liquidada no prazo de um ano. Os juros que ser exigidos pelos nossos credores neste ano da ordem dos 1120 milhões de dólares (1120 milhões de contos). A cada aos empréstimos, condições cada vez mais gravosas, não dá início de abrandar. O Governo demitido de Balsemão hipotecou ouro no valor de 40 milhões de contos e outro empréstimo está em curso com depósito em ouro de milhões de contos.

É, por isso, com preocupação e perplexidade o povo português, em 25 de Abril consideramos claramente a política «AD», vê agora Mario Soares e a maioria dos dirigentes do PS coligados com o principal partido da direita, o PPD, manifestarem a sua

nda, Marinha Grande Cnide ieram em festa!

ono sábado: arraial popular no Alto das Barrocas

Em Carnide, freguesia APU, a Festa do Povo, que incluiu um comício com Ovídio Pato, da Comissão Política e do Secretariado do CC, foi também uma festa de trabalho e solidariedade. Enquadrada na Festa, decorreu no sábado passado uma jornada de trabalho voluntário no Bairro da Horta Nova e num parque infantil do Bairro do Padre Cruz. Constituído por 77 lotes de seis habitações cada, o Bairro da Horta Nova — construído antes do 25 de Abril

como «provisório»... —, de construção pré-fabricada, há já muito tempo vem necessitando de reparações urgentes a que a Câmara Municipal de Lisboa tem pura e simplesmente virado as costas. No sábado, a solidariedade conseguiu alguns melhoramentos no bairro. Uma equipa de voluntários, incluindo a presidente da Junta APU, Maria Vilar, ali esteve durante todo o dia. Alguns pedreiros, carpinteiros e canalizadores deram uma ajuda. Entretanto, no Bairro

do Padre Cruz eram concluídas as obras dum parque infantil, cujos materiais foram comprados com verbas da Associação de eleitos Comunistas e Outros Democratas (AECOD).

Por seu turno, a Festa da Amizade, que registou a participação de Carlos Brito, da Comissão Política do CC, orador no comício da Festa, vai agora continuar no próximo sábado, dia 11, com um grande arraial popular em que estarão presen-

tes, entre outros, Fernando Farinha, Henriqueta Maia e os pa-lhaços Elizabethes, mantendo-se o funcionamento da Adega com fado, quermesse, divertimentos variados e os «comes-e-bebes». O «PA» (bilhete porta-aberta) e os ingressos do passado dia 5 dão entrada na Festa no próximo sábado, no Alto das Barrocas (Cova da Piedade), a Festa da Amizade vai continuar!



Em Almada

o Pato e Carlos Brito atam a formação do governo

om dirigentes comunistas iniciando a formação do governo, o PSD para a formação e alertando os portugueses para o significado.

ctavato, membro da Comissão Política do CC do PCP, durante o comício, na Festa do Povo,

posição em prosseguir a política económica que se encontra na base do descalabro financeiro em que nos encontramos.

É legítimo assim perguntar que operação lesa-pátria se prepara o próximo governo para fazer face a esta situação, já que a política previsível, anunciada por Mário Soares, de forma alguma irá combater os males da nossa economia mas antes, pelo contrário, irá agravá-los.

Para os trabalhadores, para os comunistas, para o PCP, um povo, um país, não se liberta de dependência económica e financeira amarrando-se mais ainda ao poder dos seus credores, não se liberta do abismo calando ainda mais fundo nele. Para os trabalhadores, para o PCP, a situação difícil a que se chegou só foi possível porque, primeiro o PS e depois a «AD», conduziram a economia por caminhos contrários às mudanças transformações revolucionárias de Abril e aos interesses da generalidade do povo português, visando fundamentalmente reconstituir o poder dos monopólios.

Entretanto, em vez de arrear caminho, o Governo PS/PPD prepara-se para prosseguir na senda de destruição das conquistas revolucionárias, nomeadamente com a anunciada abertura para já ao capital privado da banca, dos seguros e dos cimentos.

Ondas de mau cheiro (...) O Governo PS/PPD ainda não está formado mas as contradições que se desenham não são de forma alguma menores que as contradições que existiam no seio dos governos da defunta «AD». O Governo de Mário Soares/Mota Pinto e a política que se propõem realizar

já estão levantando ondas de mau cheiro.

Os atriros, as manobras de bastidores e a chantagem a que Mota Pinto recorreu na reunião do Conselho Nacional do PSD, nas vésperas do PS e PPD subscreverem o seu acordo parlamentar e de Governo, fazem lembrar o golpe que o CDS de Freitas do Amaral desferiu contra o Governo PS/CDS, golpe que provocou a queda desse governo e que amanhã se poderá repetir com o Governo PS/PPD.

(...) Para os trabalhadores, para o PCP, só uma política verdadeiramente patriótica, de aproveitamento sistemático dos nossos recursos humanos e materiais, da melhoria das condições de vida do povo português, privilegiando o alargamento do mercado interno, reorientando e aprofundando os nossos mercados externos, poderá encetar o caminho da recuperação económica e lançar as bases de uma efectiva independência, tanto económica como política.

Para o PCP, uma política de recuperação económica tem de contar, em primeiro lugar, com a participação activa e entusiasta dos trabalhadores, com o empenhamento consciente dos que podem e sabem desempenhar um papel determinante para a mudança da vida e do País e para a construção de uma sociedade próspera e livre da exploração de minorias.

Não é aumentando a exploração dos trabalhadores e servindo os interesses dos grandes capitalistas, o egoísmo dos parasitas que nada produzem e que nada têm a ver com os interesses nacionais, que se pode encaminhar o País na via da recuperação económica. O relançamento económico do País só poderá realizar-se com os trabalhadores e nunca contra os trabalhadores e outras classes laboriosas.

Os trabalhadores, o movimento popular de massas, o povo português, com o PCP e outras for-

ças democráticas acabaram por impor essa política, acabaram por fazer respeitar a vontade popular em 25 de Abril claramente expressa (...)

Por seu lado Carlos Brito, na intervenção que proferiu no mesmo dia em Almada, no comício da Festa da Amizade, afirmou:

(...) O acordo de governo PS/PPD ontem anunciado dá plena confirmação às prevenções e advertências feitas pelos comunistas durante a campanha eleitoral e significa que se vai observar uma nova ofensiva generalizada do grande capital a partir do Governo Soares-Pinto contra os direitos e interesses dos trabalhadores e contra as transformações e as reformas mais positivas trazidas pelo 25 de Abril à sociedade portuguesa.

(...) Em face do texto divulgado pelos dois parceiros do chamado «bloco central», já não é legítimo falar apenas de continuidade da política governamental da «AD». Em muitos aspectos há um notório agravamento da política da «AD». Em muitos aspectos anunciam-se medidas mais radicalmente reacçãoárias para concretizar objectivos que a «AD» colocou mas não conseguiu alcançar — caso da abertura ao grande capital, da banca, dos seguros, dos cimentos e dos adubos. Noutros casos são até apontados objectivos mais violentamente atentatórios dos direitos e interesses dos trabalhadores, como acontece com as alterações que se anunciam para a legislação laboral, especialmente, as limitações ao exercício do direito à greve, às novas facilidades concedidas ao patronato em matéria de despedimentos, suspensões e reduções de salários e os novos instrumentos repressivos particularmente em matéria de faltas que Soares e Pinto se propõem entregar aos patrões. Medidas para punir ou para forçar o patronato que não paga salários ou que os mantém em atraso, como acontece aqui na Lisnave, disso

não se encontra no acordo. A política que PS e PPD se propõem fazer no Governo é a política do cacete para os trabalhadores e de prémios, facilidades e protecções ao grande patronato. Tal é o uso que o PS, pela mão de Mário Soares, faz da votação que recebeu em 25 de Abril. A direcção do PS atrela-se sem vergonha nenhuma à canga do carro dos interesses dos grandes senhores do capital para puxar aquilo que os partidos da direita não conseguiram, e sem reboço faz uso dos votos do povo para seguir uma política antipopular em todos os domínios da vida portuguesa — desde a Reforma Agrária às rendas de casa.

(...) Com este Governo PS-PPD, em formação, não são só as condições de vida dos portugueses e as conquistas do 25 de Abril que estão ameaçadas, a própria liberdade e a democracia estão em perigo. Com Mota Pinto, mandatário nacional do general fascista Soares Carneiro, no Ministério da Defesa, são grandes as probabilidades de novas tentativas de intrigas e manobras de desestabilização das Forças Armadas...

(...) Mário Soares e a coligação PS-PPD pediram tréguas à oposição mas, com a política que anunciam, vão ter de uma oposição sem tréguas...

Chamando a atenção para o que se passa na Assembleia da República, Carlos Brito esclareceu: «Os dois partidos do «bloco central» ainda não deixaram, na prática, abrir a Assembleia da República e já se preparam para a reduzir ao papel de aprovar autorizações para ser o Governo a fazer as leis. Mas na Assembleia da República, também não terão tréguas», acentuou.

(...) Mário Soares vai cair como calu Balsemão, batido pela luta popular e no meio dos choques, dos afrontamentos e dos insultos dos seus próprios apauçados. É a altura de começarmos a preparar a alternativa...

Festas de promoção das EP's com sorteios de valiosos brindes

• O primeiro é já no dia 26

É já no próximo dia 26 (um domingo) que se realizará a primeira festa de promoção das Entradas Permanentes (EP's) da Festa do «Avante!», uma jornada de confraternização popular em que a música e o ambiente próprio das realizações festivas organizadas pelos comunistas será também motivo para uma ampla divulgação da Festa do «Avante!» e para a promoção das EP's. Promover a venda da EP, estabelecer e cumprir metas de venda, dinamizar as acções em torno da EP nos Centros de Trabalho, nomeadamente com a afixação de materiais informativos com o acompanhamento das vendas, levar a cada amigo, a cada companheiro de trabalho a Entrada para a Festa do «Avante!», são iniciativas que devem merecer a nossa especial atenção. Vender a EP é contribuir de forma decisiva para a construção e preparação da Festa pois é daí que se recolhem os fundos financeiros necessários para fazer frente aos múltiplos encargos que a Festa está já a exigir.

Um estímulo, uma razão para comprar já a EP

Por tudo o que já disse-mos é da máxima importância: comprar, desde já aquele ingresso colorido, ao preço de 250\$00, que dá para

participar no grande acontecimento político, musical, cultural, desportivo e recreativo do Alto da Ajuda, em 9, 10 e 11 de Setembro (já não falta muito...). Duzentos e cinquenta escudos... Muito dinheiro? Pense-se em 1.º lugar que um bilhete para ir ao cinema custa já uma média de 140 a 150 escudos. Pense-se também nos contos de réis dos bilhetes para um espectáculo de futebol ou de tourada. E depressa chegaremos à conclusão que a EP assim comparada não é cara. São 250\$00 que permitem assistir durante três dias a inesquecíveis espectáculos musicais com artistas nacionais e estrangeiros consagrados pelo público. Um bilhete que permite um contacto directo com múltiplas iniciativas de carácter cultural e com um conjunto de manifestações de interesse bem variadas no sempre renovado Alto da Ajuda: a Cidade Internacional, a Cidade do Desporto, a Bienal de Artes Plásticas, os pavilhões das organizações regionais, o artesanato, a realidade da luta e da vida do Povo português.

Comprar a EP desde já é contribuir para a edificação deste memorável convívio. Mas não só... Quem comprar agora — este «agora» quer dizer os próximos dias — ficará habilitado a três sorteios de âmbito nacional com brindes valiosos.



Quanto mais tarde se comprar a EP, a menos sorteios se fica habilitado. Explicando o melhor: a primeira festa de promoção das EP's vai realizar-se, como já disse-mos, no próximo dia 26. Será em Lisboa, no bairro dos Olivais (Vale do Silêncio). Quem comprar a EP depois desse dia já só fica habilitado aos dois sorteios posteriores: no dia 30 de Julho (festa em Beja) e depois em Agosto, festa no distrito de Setúbal. Quem comprar a EP já depois de 30 de Julho ficará habilitado apenas ao sorteio de Agosto. E já agora, um «extremo»: quem comprar a EP só à porta da Festa, já no dia 9 de Setembro, então não se candidata mesmo a nenhum destes sorteios. Está explicado!

Passemos aos brindes. Os do 1.º e do 2.º sorteios

têm uma «mensagem» de estímulo pela leitura e pelos valores musicais, revelando-se, pois, como uma aposta na formação cultural dos compradores da EP. Nos dois primeiros sorteios os prémios a atribuir são os seguintes:

• Do 1.º ao 3.º, livros e discos no valor de 10 mil escudos.

• Do 4.º ao 10.º, livros e discos no valor de 5 mil escudos.

No último sorteio serão atribuídos os seguintes brindes:

1.º — Uma TV a cores.

2.º — 15 mil escudos em livros e discos.

3.º — 10 mil escudos em livros e discos.

4.º ao 10.º — 5 mil escudos em livros e discos.

Basta comprar desde já a EP. Guardá-la muito bem na carteira. E estar atento aos sorteios. Boa sorte!

Vamos à Ajuda!

• Aproveitando os feriados e o fim-de-semana, vamos dar um avanço no trabalho de preparação da Festa, no Alto da Ajuda!

• Todos somos necessários. Quem passar pela Ajuda encontrará uma tarefa que pode avançar com a sua contribuição!

• Jovens, estudantes, operários, trabalhadores de todos os sectores — a vossa ajuda é importante!

• Carpinteiros, montadores de estruturas, motoristas — têm uma participação especial nesta fase de implantação das estruturas!

• Colabora na construção da maior Festa do Portugal de Abril!



IV Torneio Nacional de Damas

• Regulamento

1. Decorrerá nos dias 10 e 11 de Setembro de 1983 o IV Torneio Nacional de Damas da Festa do «Avante!».

1.1. Cada Centro de Trabalho ou Organização Regional procederá de forma a mobilizar o maior número de inscrições para estarem presentes nesta Festa Damística, nomeadamente através da organização de torneios de preparação.

1.2. O campeão e vice-campeão de 1982 terão a sua presença assegurada no Torneio.

1.3. A participação far-se-á mediante a inscrição nos Centros de Trabalho do PCP ou directamente para a Comissão de Desporto da Festa do «Avante!», Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa Codex, até ao dia 4 de Setembro.

2. Será o seguinte o Regulamento deste IV Torneio Nacional:

2.1. A prova é disputada em 7 eliminatórias equivalentes a outras tantas sessões e com a participação limitada a 128 jogadores.

2.2. Se o número de damistas (128) não estiver completo até 6 de Setembro, aceitar-se-ão inscrições dos interessados no recinto do jogo até à hora do início do Torneio.

2.3. A marcha da prova terá a seguinte ordem:

2.3.1. Na 1.ª sessão jogarão o 1 com o 2, o 3 com o 4, o 5 com o 6, etc.; nas restantes sessões o emparelhamento será designado por sorteio.

2.3.2. Se o número de participantes for inferior a 128 far-se-ão repescagens para a quarta eliminatória.

2.3.3. Se na primeira sessão houver número ímpar de jogadores folgará o último.

2.3.4. Se o número ímpar se verificar na 2.ª ou 3.ª sessões será designado por sorteio o jogador que folga, não podendo folgar mais de uma vez.

3. Na 4.ª sessão serão disputados os oitavos de final, pelo que terá de haver 16 jogadores em prova. Para perfazer esse n.º, no caso de não iniciarem a prova 128 jogadores, haverá necessidade de se proceder às repescagens necessárias entre os eliminados na 3.ª sessão, respeitando-se a prioridade dos melhores resultados.

4. As partidas serão de 4 jogos de abertura livre.

5. Se no final da partida houver resultado igual, o desempate far-se-á por partidas rápidas:

a) Desempate por meio de um jogo de 5 minutos para cada jogador, com sorteio de cores;

b) Prevalecendo o empate jogar-se-á outro jogo de 5 minutos;

c) Mantendo-se ainda o empate considera-se vencedor o que gastar menos tempo no último jogo (6.º);

d) Se mesmo assim o empate subsistir far-se-á sorteio para designar o vencedor.

6. Neste torneio terão de se respeitar as regras da Federação Portuguesa de Damas.

7. As meias-finais e a final disputar-se-ão com relógio e 1 hora e meia para cada jogador, com aberturas sorteadas.

8. Estarão em disputa duas taças (para o primeiro e segundo classificados) e medalhas para os oito primeiros da classificação geral.

9. Os casos omissos serão da competência da Comissão Técnica a designar.

V Torneio Internacional de Xadrez

1 — O V Torneio Internacional da Festa do «Avante!» será disputado no recinto da Festa nos dias 10 e 11 de Setembro.

2 — As inscrições deverão ser feitas nos Centros de Trabalho do PCP ou directamente à Comissão de Desporto da Festa do «Avante!», Rua Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa Codex, até às 12.00 horas do dia 9 de Setembro.

Podem ser convidados a participar os xadrezistas portugueses com maior pontuação ELO da Federação Portuguesa de Xadrez e os jogadores estrangeiros convidados a participar na Festa.

3 — Cada Organização Regional deverá mobilizar o maior número de jogadores, nomeadamente através da organização de torneios regionais de preparação.

4 — O V Torneio Internacional será na modalidade de «rápidas», com emparelhamentos pelo sistema suíço.

5 — Serão atribuídos prémios aos três melhores classificados.

6 — Os casos omissos serão da competência da Comissão Técnica do Torneio a designar.



Torneio de Futebol

• Inscrições em Lisboa até dia 22

Terminam no próximo dia 22 as inscrições para o Torneio de Futebol de Salão da Festa do «Avante!» na zona de Lisboa. No dia 24, às 21 horas, decorrerá uma reunião para todos os delegados das equipas com a organização do torneio no Centro Vitória, na Av. da Liberdade, 170.

As equipas estarão agrupadas em oito «núcleos»: zona oriental; zona ocidental; zona da Baixa, Alto Pina, Alto de S. João e Avenidas; Campolide e Campo d'Ourique; Benfica, Caridade, Lumiar e Charneca; Bancários e Seguros; Transportes e Sector Público e FP. O torneio decorrerá no sistema tipo campeonato («todos contra todos» num só volta).

As inscrições funcionam no Vitória e nos CT's do PCP nas já referidas zonas da cidade de Lisboa, mediante o pagamento de 250\$00.

Poder local

Monumental não será demolido

APU propõe inquérito a três anos de actuação do Presidente da Câmara

Caiu mais um! Isto é: um pedaço da Lisboa a preservar vai continuar de pé. O aparente paradoxo resulta da imposição do embargo imediato das obras de demolição em curso no Teatro Monumental e da revogação do despacho de 30 de Março passado do presidente da Câmara Municipal de Lisboa que autorizava a demolição — um e outra contidos na proposta da APU aprovada na segunda-feira, em reunião da Câmara, graças aos votos conjugados da APU e do PS. A demolição do Teatro Monumental — parte de uma operação mais vasta denominada «projecto Saldanha», «numa zona estabilizada do centro da cidade» como foi considerada por Rui Godinho em declarações prestadas ao «Avante!» — era o actual (conhecido...) objecto da actividade desse «avançado» depredador que dá pelo nome de Nuno Krus Abecasis, sempre convenientemente aprovado por tudo o que é CDS e PPD dentro (e fora) da Câmara. Caíra como uma bomba no conhecimento público no princípio da semana passada, devassado que foi o segredo de um interior já esventrado, quando, na fachada inerte, tudo parecia como antes.

Mas vai ainda a meio o processo de saneamento de uma actuação que além de atentatória dos interesses da cidade é ilegal. Contida esta acção, é preciso que caia todo o projecto — este do Saldanha e outros igualmente dúbios que continuam a ameaçar Lisboa. Nesse sentido vão duas outras propostas da APU, também já apresentadas, mas ainda não discutidas: uma, pela anulação de todos os projectos referentes à urbanização prevista para a área do Saldanha; a outra, por um rigoroso inquérito à actuação do presidente da CM desde que tomou posse até hoje.

A proposta aprovada fundamentou-se no facto de o presidente da Câmara ter usurpado competências nas licenças concedidas (à socapa, aliás), violando claramente a alínea e) do n.º 2 do art.º 62.º da Lei 79/77 — a Lei que define as atribuições das autarquias e as competências dos seus órgãos —, segundo a qual compete à Câmara (e não ao seu presidente) «conceder licenças para construção, edificação ou conservação, bem como aprovar os respectivos projectos (...); de ter ainda violado os n.ºs 1 e 6 do art.º 63.º da mesma Lei, referentes às competências tácitas do presidente e às que lhe são delegadas pela Câmara.

Na base desta ilegalidade processual foi apresentada e aprovada a proposta da APU. Seguindo-se, como o foi, a aprovação da acta correspondente à deliberação, no minuto seguinte a Polícia Municipal ficou com poderes para intervir, se necessário, no embargo da obra.

Espera-se que o eng.º Abecasis o dispense.

Uma segunda proposta da APU, ainda não votada, visa «anular todos os despachos já

exarados sobre estudos, anteprojectos e projectos eventualmente existentes e referentes à urbanização prevista para a área do Saldanha»; visa, mais, «anular o projecto Saldanha no seu todo e em cada uma das



suas partes e mandar arquivar desde já todos os estudos e projectos relativos a esta operação».

Trata-se, para a APU, de considerar «intocável» a zona do Saldanha?

— Intocável? De modo nenhum! — responde Rui Godinho, um dos vereadores da APU que na segunda-feira interveio na apresentação e defesa da proposta numa breve entrevista concedida ao «Avante!». Para já, há por ali numerosos edifícios a precisar de restauro. Que se gaste dinheiro nisso!

É bom que se entenda, explica-nos:

— O que está em causa é

um projecto global de alterações a introduzir na Praça do Saldanha e áreas adjacentes, o qual, a ser levado a cabo, introduziria numa zona estabilizada do centro da cidade factores adicionais de terciarização a que urge por cobro.

Para além das questões de natureza urbanística e de intenso tráfego que esta operação Abecasis viria gerar numa zona da cidade já fortemente congestionada em determinadas horas do dia, também se verificariam na área destruições de edifícios que não têm mais que 30 anos, para dar lugar a construções incaracterísticas, de estética duvidosa e comple-

tamente ultrapassadas em matéria de gestão racional do tecido urbano e das infra-estruturas e equipamentos que as teriam que apoiar. Tais equipamentos não estão neste momento minimamente dimensionados para suportar um acréscimo de densificação de ocupação do solo urbano naquela zona da cidade.

Uma negociata em formal! Vejamos como seria

— Erro de concepção e avaliação? — continua Rui Godinho. Podia ser só isso — mas não é! Para nós, APU, é perfeitamente claro que neste empreendimento global a Câmara Municipal de Lisboa, uma vez mais, já estava a funcionar com uma total permissividade (chamemos-lhe permissividade...) em relação aos interesses da cidade.

Por um lado, na análise do processo deparámos com uma situação insólita: é que o despacho de autorização da demolição foi concedido na base de um anteprojecto de nova obra, aprovado pelo presidente da CM em 31 de Dezembro de 1982. Está assim ferido de dupla ilegalidade, uma vez que uma demolição só pode ser autorizada por questões de segurança do edifício ou porque já está aprovado um novo projecto (e não anteprojecto, como é o caso). É assim uma «excepcionalidade» totalmente inadmissível.

Mas, por outro lado, ainda mais grave, sabe-se que a operação estava gizada como segue: as infraestruturas e equipamentos (as partes não lucrativas do empreendimento — entenda-se) seriam de iniciativa e financiamento municipal; a parte lucrativa distribuir-se-ia por um banco, o BPA, e uma empresa privada!

E isto é só a ponta do iceberg, a que vamos tendo acesso pelo muito esgaravtar — acrescenta Rui Godinho. Mas foi a gota de água, como dizia o nosso camarada Silva Graça em declarações à RDP... Dai, uma terceira proposta já apresentada: que seja feito um rigoroso inquérito à actividade do presidente da CM de Lisboa desde a data da sua posse em Janeiro de 1980.

— Solicitar, nos termos do disposto nos art.ºs 91.º e 92.º da Lei 79/77, aos órgãos da tutela (Governador Civil e MAI), com carácter de urgência, um rigoroso inquérito à actuação do presidente da CM de Lisboa, eng. Krus Abecasis, desde 8 de Janeiro de 1980 até à data de hoje.

O que, a ser aprovado como se espera, será medida de elemental higiene política.

o eco de muitos outros protestos.

Partindo, pois, da constatação de que esta actuação «ilegal, prepotente e de má-fé» do presidente da CM de Lisboa se vem mantendo desde a sua posse, configurando portanto uma atitude geral de actuação totalmente inadmissível no quadro do funcionamento do Poder Local democrático, a APU propõe:

— Censurar o presidente da CM de Lisboa, eng. Krus Abecasis.

Abecasis: «Ilegalidade, prepotência, má-fé»

Esta gota de água que é o caso Saldanha fez de facto extravasar o copo. A terceira proposta da APU apresentada na segunda-feira surge, tão-só, como o prosseguimento necessário de uma intervenção sempre pautada pela defesa da democracia, da dignidade de um órgão colegial como é uma Câmara Municipal no Portugal de Abril, e dos interesses da cidade de Lisboa e da sua população. É o corolário de muitas outras denúncias fundamentadas e

Palmela — ou a arte de servir mentira

Primeiro o «Dia», depois o «Correio da Manhã», bastos dias passados a RTP estatizada, divulgaram o «terrível caso da demolição de casas (milhares de contos!), clandestinas embora, perpetrado pela Câmara de Palmela — uma Câmara APU!». A Televisão sobretudo, que nem sequer pede licença para entrar, passou imagens chocantes, casas móveis mobiladas, até cortinas numa janela e um senhor indignado que só ia estragando tudo com aquele seu «... nem no tempo de Salazar!» — um vago ar de saudade que a gente nunca, mas nunca tem, e muito boas razões temos para não ter.

De qualquer modo, «chocante». Mesmo entre nós, que votamos confiadamente APU (e também para isso temos muitas boas razões) houve quem perguntasse «mas como é possível?». É que nem é preciso saber das estatísticas, das 80 mil famílias que só em Lisboa e Porto procuram casas: a habitação é uma ferida aberta no peito de cada um — se se lhe toca sangra e dói.

... E assim se cai no logro da mais desbragada manipulação — como no logro dos especuladores caíram os que, incautos ou irresponsáveis, aceitaram «a prego místico» fatias de solo para construção que para tal não está licenciado. Elementar teria sido que a RTP ouvisse a Câmara de

Palmela ou pelo menos lhe permitisse depois o direito de resposta que solicitou. Qual! Assim ficaríamos nós a saber que a Câmara não agiu de sopetão; que avisara, pedira, esclarecer, até tem alternativas. Que a demolição fora feita por decisão unânime da Câmara, que corresponde a uma decisão tomada no distrito de Setúbal, todo ele ameaçado: ali, mais bairros clandestinos, não. Que, por outro lado, ninguém ficou sem tecto: aquelas casas são 2.ª habitação — a Câmara sabia-o, e prova é que estavam desabitadas na madrugada da demolição.

Se há neste país quem possa falar com autoridade da recuperação de bairros clandestinos e da preparação de alternativas na medida de todas as suas possibilidades, essas são as Câmaras APU. Se há Câmara que tenha conduzido desde há anos uma campanha de esclarecimento sobre os perigos de comprar lotes em zonas não autorizadas e simultaneamente sobre o que fazer e como fazer para construir — essa é a Câmara de Palmela.

Só que, ali, «novas Brandos ou Quintas do Conde, não». Deixar o campo aberto aos especuladores loteadores clandestinos como Xavier de Lima, também não. Esses, «queimam e retalham pinhais» como aquele Pinhal das Formas (mais de 700 hectares), em posse administrativa da Câ-

mara; fazem depois lotes e vendem com chorudos lucros «quintinhas e talhões em avos, alterando a topografia do terreno, cortando linhas de escoamento de água, destruindo a cobertura vegetal». «Para água, luz, esgotos, arruamentos, onde iria a Câmara buscar os milhões de contos necessários? Iria virar as costas aos planos de ordenamento do concelho e aos habitantes residentes para beneficiar outros que em Palmela vêm fazer habitação de fim-de-semana?», pergunta a Câmara.

Do último «Expresso», assinado JJ, com vénia: «A decisão da Câmara de Palmela de arrasar com bulldozers (...) construções clandestinas no que já foi um pinhal — previamente incendiado para «justificar» o loteamento clandestino — foi um dos actos mais corajosos dos últimos anos [neste país que é pasto de especuladores e vigaristas]. Não foi o poder central que tomou a decisão, foi uma autarquia. O poder central, enleado numa teia de cumplicidades e clientelas, assiste apático à destruição do País».

Tal qual o diríamos. Por isso o PCP vai retomar na actual legislativa propostas para o fomento da habitação, que impeçam a degradação do ambiente, dos valores naturais e da paisagem, que respeitem a autonomia dos municípios e lhes dêem capacidade de intervenção.

Barreiro não é caso único

Transportes municipalizados em risco

• Trabalhadores tomam posição

Os trabalhadores camarários não ficarão à margem da luta pela viabilização dos transportes urbanos dependentes dos municípios, em risco de paralisação iminente caso o Governo não tome, quanto antes, as medidas que permitam superar a «situação de ruptura financeira» em que se encontram. Essa disposição foi manifestada em Coimbra, num encontro que reuniu recentemente a Comissão de Trabalhadores das autarquias do Barreiro e os representantes dos trabalhadores dos transportes municipalizados de Aveiro e Coimbra.

Os trabalhadores das três autarquias afirmaram ali que «lutarão até às últimas consequências pela resolução desta situação, tendo como princípio a defesa intransigente dos seus direitos e regalias como trabalhadores» e a defesa dos interesses das populações de que são parte. Afirmaram também a sua disposição para o diálogo com as administrações autárquicas, na perspectiva da conjugação de esforços para encontrar e exigir uma solução estável.

As conclusões da reunião coincidem no essencial com as posições já anteriormente definidas pela Câmara do Barreiro, largamente divulgadas quando há semanas lhe foram cortados o abastecimento de gasóleo e a venda do passe intermunicipal, e posteriormente pelo conjunto das cinco câmaras que exploram transportes colectivos urbanos (Aveiro, Braga, Barreiro, Coimbra e Portalegre).

Consideram os trabalhadores que a «situação em que se encontram os transportes explo-

radados pelas autarquias é resultante da não definição pela parte dos sucessivos governos de uma política nacional de transportes». Sublinham o tratamento desfavorável dado às autarquias nessas circunstâncias quanto à aplicação das indemnizações compensatórias à exploração (a que têm direito todas as outras transportadoras), o não cumprimento da Lei das Finanças Locais e o facto de, nela, a atribuição de verbas não ter em conta o factor transportes, específico das cinco autarquias.

Na reunião foi exigido que o Governo defina uma política nacional da transportes e que «os trabalhadores intervenham na sua discussão».

A situação dos transportes municipalizados do Barreiro foi particularizada, exigindo-se que aquela autarquia seja atribuída uma indemnização financeira pelo facto de estar integrada no passe social intermunicipal da região de Lisboa.

Os trabalhadores reunidos em Coimbra decidiram formar

um grupo de trabalho que acompanhará o desenvolvimento da situação.

Barreiro: transportes até quando?

Entretanto, apesar de desbloqueada a questão dos passes intermunicipais, que voltaram a ser vendidos no Barreiro (como anteriormente o fora a do gasóleo), «a Câmara não sabe se poderá suportar os custos de funcionamento do serviço de transportes municipalizados até finais de Junho», segundo declarações do vereador Eduardo Guerreirinho: «sem alternativas de financiamento, a curto prazo será o colapso».

Recorda-se que para além do défilé acumulado resultante desta situação de parente pobre em que estão as transportadoras municipais em relação a todos os outros operadores, só por se integrarem desde 1978 no sistema de passe intermunicipal da região de Lisboa os serviços municipalizados do Barreiro deveriam ter recebido até 1982 cerca de 103 mil contos. A suspensão, em Maio, da venda do passe intermunicipal no Barreiro acarretou um novo prejuízo de mais de 7 mil contos.



alentejano, vivem e trabalham. Deram o abraço fraterno aos muitos milhares — das terras de além Tejo e tantos outros — que bordaram de carinho as ruas do desfile, que o foram engrossando. E a

avenida para este festivo caminhar foi por todos os motivos bem escolhida: porque, avenidas de liberdade, os alentejanos estão habituados a percorrer-las. Mesmo com tempestades.



Terra

Povos serranos em defesa dos baldios

• Mais de 500 compartes reunidos em Viseu

Com a presença de mais de 500 compartes, em representação de 30 conselhos directivos de baldios (CDB's), realizou-se no passado domingo, no auditório de feira de S. Mateus, a 2.ª Conferência de Baldios do distrito de Viseu.

Promovida pelo Secretariado de Baldios daquele distrito e por uma comissão de que faziam parte os CDB's das freguesias de Routar, Avieuges, Nelas, Campo, Baçar e Folgosa (concelho de Viseu); Faraginhas e Granja (Castro d'Aire); e Fomelo (Oliveira de Frades), a Conferência efectuou um balanço da actividade e da luta dos CDB's nestes últimos anos

e traçou algumas orientações para o trabalho futuro.

No decorrer dos trabalhos, os participantes manifestaram o seu desejo de que a actual lei dos baldios (lei 39/76), considerada «boa e justa», seja respeitada e cumprida pelos próximos governantes.

A realização desta Conferência veio também mostrar às populações do distrito e de todo o País, segundo afirmaram, que «os baldios nas mãos dos povos têm contribuído para o progresso destas terras» e que os CDB's estão em condições de apresentar propostas e soluções de desenvolvimento económico tão necessárias às suas regiões.

Feita a apreciação da actividade desenvolvida no distrito desde a realização da 1.ª Conferência em Julho de 1980, os compartes consideraram que o balanço é altamente positivo, tendo sublinhado que foram derrotadas todas as tentativas provenientes do Governo e da Assembleia da República que visavam revogar ou esvaziar de conteúdo a lei, extinguir ou retirar poderes aos CDB's e roubar os baldios para os entregar aos antigos caciques e às autarquias. Nesta acção, conforme acentuaram, assumiu papel decisivo as numerosas lutas empreendidas pelos CDB's, entre as quais se destaca a jornada de luta e home-

nagem a Aquilino Ribeiro, realizada em Soutosa, em Fevereiro de 1982.

Referindo-se ainda às vitórias alcançadas pelos CDB's, em muitos casos com o apoio do Secretariado distrital, os compartes citaram alguns exemplos como sejam os das freguesias de Pascoal, Campo e Baçar que lutaram contra a venda ou expropriação dos seus baldios; os casos de Routar, Fomelo e Ribeirado que obtiveram decisões favoráveis dos tribunais; ainda o caso de Routar onde a acção da população em defesa das suas obras e melhoramentos impediu situações de abuso e arbitrariedade por parte da câma-

ra; e muitos outros CDB's que conseguiram o descongelamento das suas contas e dinheiros dos povos, ou que resurgiram de novo após períodos mais ou menos longos, de dificuldades impostas pelos Serviços Florestais.

Para além da advertência ao próximo governo para que respeite a lei dos baldios, a 2.ª Conferência entendeu chamar a atenção para a necessidade das decisões dos tribunais serem acatadas, já que «as autoridades aos mais diversos níveis, particularmente os Serviços Florestais, Ministério da Agricultura e autarquias, são exactamente quem menos têm respeito e aplicado a lei».

Depois de citarem inúmeras experiências e relatos que demonstram que os baldios administrados democraticamente pelos povos, através da aplicação das suas receitas, têm dado um extraordinário contributo para o progresso e melhoramento de muitas terras, os compartes presentes à 2.ª Conferência sublinharam que nas actuais circunstâncias de grave crise económica, os baldios do Norte e Centro do país podem tornar-se em verdadeiros pólos de desenvolvimento económico e social destas regiões.

Perto do final dos trabalhos foram apresentadas várias moções, de que se destaca uma onde se apela à constituição de novos CDB's e se apela ao reforço da solidariedade e do apoio a todos os conselhos directivos que, tendo-se formado depois de 1978, têm encontrado pela frente injustos obstáculos por parte dos organismos oficiais.

No decorrer da Conferência, a que assistiram diversos convidados entre os quais um representante da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), foi eleito o novo Secretariado dos Baldios do distrito de Viseu que exercerá as suas funções até à próxima Conferência.

uma importante decisão da Relação, na medida em que demonstra ser possível a independência do Poder judicial relativamente ao poder executivo, os trabalhadores salientam contudo que se torna necessário que o Governo mande executar, ele também, as decisões dos tribunais.

Com efeito, estão neste momento por cumprir 171 acordados do Supremo Tribunal Administrativo (STA) — que competiria executar ao Ministério da Agricultura — onde se estabelece a devolução de terras que foram ilegalmente tiradas aos trabalhadores para serem entregues a agrários que a elas não tinham direito, ou mesmo a falsos agricultores.

Sucedem, pois, duas si-

tuações diferentes: num caso, (como aconteceu com a herdeira de Vale Figueirinhas), a execução da decisão do Tribunal compete ao próprio Tribunal; noutro caso (situação dos 171 acordados do STA), a execução compete ao Ministério da Agricultura Comércio e Pescas.

Inscurecendo-se de há muito nas principais reivindicações dos trabalhadores da Reforma Agrária, esta questão do cumprimento dos acordados do STA ganha ainda maior importância e actualidade na medida em que se aproxima a formação do novo executivo e não se descortina da parte do PS e do PSD nenhuma intenção de efectuar, de facto, uma viragem que ponha termo à ofensiva contra a Reforma Agrária.

Relação de Évora dá razão à Reforma Agrária

• Devolvidas terras a uma cooperativa

Dando cumprimento a uma decisão da Relação de Évora, foi devolvida à Cooperativa 15 de Julho Sousa da Fé, na passada segunda-feira, na presença de representantes do Tribunal e de soldados da GNR, a herdade Vale Figueirinhas.

Espoliados desta herdade val para dois anos, os trabalhadores puderam regressar de novo às suas terras de onde haviam sido expulsos pelo Ministério da Agricultura, satisfazendo-se desta forma uma legítima reivindicação dos cooperantes que exigiam a reposição da legalidade.

Com esta decisão do Tribunal da Relação, verifica-se pela primeira vez a devolução de terras anteriormente roubadas aos trabalhadores.

Expulsos da herdade em 21 de Julho de 1981, sob o pretexto da marcação de uma reserva a favor de Maria de Lurdes Soares Sousa Ramalho, os trabalhadores desde logo protestaram contra esta acção que consideraram ilegal, já que possuíam um contrato de arrendamento que estabelecia o seu direito à exploração da terra independentemente da marcação da reserva.

Recorrendo imediatamente para o Tribunal de primeira instância, este declarou-se incompetente para resolver o caso pelo que os trabalhadores recorreram de seguida para o Tribunal da Relação que finalmente lhes presta justiça, decidindo favoravelmente.

Estando-se na presença de

Trabalhadores

«O diálogo não se pode fazer a qualquer preço» — *adverte a CGTP*

A CGTP "coloca como exigência a revogação imediata" da legislação mandada publicar pelo governo demitido e reafirma que "o diálogo não se pode fazer a qualquer preço".



Na sua reunião semanal, ainda anterior à celebração do acordo do PS/PSD, a comissão executiva da Central alertou novamente contra a "manobra em curso do governo e do patronato", que se servem da crise "como pretexto para justificar o aumento do desemprego, o tecto salarial, os contratos a prazo, a insegurança dos que trabalham, o não pagamento dos salários em atraso, o aumento da repressão, a asfixia das pequenas e médias empresas".

Já na posse da maioria dos dados que se confirmariam posteriormente no acordo PS/PSD, a CGTP-IN "considera que tal acordo, além de contrariar o sentido da luta dos trabalhadores nos últimos anos, e a vontade popular maioritariamente expressa nas eleições de 25 de Abril, coloca de novo no poder o principal partido da ex-AD" e o maior responsável pela crise, e o qual já declarou que irá prosseguir a política contra os direitos dos trabalhadores e as suas principais conquistas".

Diálogo franco e aberto

"Se os governos não adoptam o diálogo franco e aberto com a organização sindical representativa dos que produzem a riqueza e são a maior força social do País", não fica outro caminho que não seja o da luta, reafirma a CGTP.

"Os trabalhadores lutarão pela defesa dos seus direitos e interesses ameaçados e pela

resolução dos problemas nacionais — sublinha a comissão executiva da Central unitária — no quadro dum regime democrático e duma Constituição que tanto esforço e sacrifício lhes custaram".

A atitude dos dirigentes da Inter, que vem no seguimento das decisões e reivindicações aprovadas no IV Congresso da CGTP, em Março findo, designadamente nos "22 pontos" e no programa para três anos, assenta na análise profunda da situação político-sindical e no conhecimento das realidades nacionais.

Assim a comissão executiva da Inter pode sublinhar, como fez no comunicado de 1 do corrente, que o acordo PS/PSD introduz **novos factores de desestabilização social**, comprometendo "a possibilidade de resolução da crise" e criando "novos e maiores obstáculos à concretização de qualquer diálogo".

Os dirigentes da Central unitária observam a seguir que um acordo como o que acabou por ser assinado condiciona "a relação do futuro governo com os trabalhadores", criando "um clima desfavorável a uma recuperação económica em que os trabalhadores portugueses estejam empenhados".

E esse empenho não se obtém com alteração das leis laborais já anunciada no sentido de limitar por exemplo o direito à greve, facilitar os despedimentos, abrir ao sector privado importantes sectores nacionalizados.

Como foi aprovado no IV Congresso "o diálogo não se pode fazer a qualquer preço, não podendo a invocação da crise servir de chantagem" no sentido de limitar ou reduzir a nada direitos essenciais dos trabalhadores, para agravar as suas condições de vida, ou servir de "pretexto para alterações à filosofia económica contida na Constituição".

Da análise feita pela comissão executiva da CGTP, além das conclusões apontadas, resulta desde já "um alerta aos trabalhadores para o evoluir da situação política".

Entretanto, a Inter "exorta os trabalhadores a participarem activamente nos diversos plenários regionais em que se debatem as conclusões emergentes do IV Congresso com vista ao desenvolvimento das acções de massas, necessárias à defesa dos seus interesses e direitos, designadamente em torno dos 22 pontos da CGTP-IN".

Plenário em Évora

Dirigentes e delegados sindicais e membros de comissões de trabalhadores reuniram-se entretanto a nível distrital em Évora. No âmbito dos plenários promovidos pelas Uniãos distritais de sindicatos por todo o País, foi analisada a situação político-sindical e debateram-se problemas de organização. Participou José da Encarnação, membro da comissão executiva da CGTP-IN.

Das conclusões do plenário destaca-se a necessidade de pôr em prática as acções aprovadas no IV Congresso da Central.

"O programa de acção para três anos e os 22 pontos da CGTP-IN — reafirmou o plenário de Évora — apontam a necessidade de uma nova política que marque uma viragem qualitativa na sociedade portuguesa, que a encaminhe para a resolução dos problemas nacionais e para a satisfação das necessidades básicas da maioria da população".

Para melhor responder à situação criada — refere ainda o plenário de Évora — "os sindicatos devem imediatamente avançar com um plano de reuniões e plenários de empresa e zona para debate e esclarecimento



Numa espectacular acção visando chamar a atenção para os problemas das respectivas empresas, milhares de trabalhadores da Margem Sul saíram anteontem à rua e, após plenários nos locais de trabalho e dois grandes desfiles com partida de Cacilhas e do Seixal, concentraram-se na auto-estrada e cortaram o trânsito durante um pouco mais de meia hora, junto à portagem da ponte e no nó do Figueiro. Os trabalhadores pertenciam, na sua maior parte, a grandes empresas da zona, há meses ou semanas sem pagamento de salários. De sublinhar a compreensão e mesmo solidariedade manifestada pelas populações em geral a esta acção de luta, demonstrativa de notável capacidade de organização e de uma grande firmeza na defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo.

da situação político-sindical e ainda para continuar a reforçar a organização a todos os níveis".

Prioridades da organização

Da análise do plenário respeitante a questões de organização resultaram, entre outras as seguintes "orientações prioritárias":

- Incremento da sensibilidade e mobilização dos activistas sindicais na participação em iniciativas levadas a efeito pelo movi-

mento sindical unitário.

- Defesa e reforço da unidade sindical, combate ao divisionismo.

- Incrementar o aumento da sindicalização.

- Eleição de novos delegados sindicais e desenvolvimento da organização sindical de empresa.

- Aprofundamento da ligação às massas.

- Desenvolvimento da formação sindical.

O plenário, efectuado em 1 do corrente no Palácio D. Ma-

nuel em Évora, aprovou duas moções e uma saudação, esta última referente ao Dia Mundial da Criança. Uma das moções "exige ao futuro governo e à Assembleia da República a revogação" dos decretos-leis 48/83 e 201/83 da responsabilidade do executivo demitido mas ainda em funções, visto que esses diplomas "além de lesivos dos interesses e direitos dos trabalhadores são inconstitucionais". A outra moção é de apoio a várias iniciativas de luta pelo desarmamento e pela paz.

Paralisações

Anunciadas para hoje no Metro e Carris

• Lutas pelos salários

Paralisações anunciadas para hoje no Metro e na Carris, formas de luta previstas noutras empresas de transportes, designadamente na Transtejo, que paralisou totalmente em 31 de Maio findo por reivindicações salariais comuns a todo o sector; prosseguimento da luta nas Minas da Panasqueira; greve provável no sector do calçado; continuação da luta na Progresso Mecânica, onde continuam sensíveis as manifestações populares de solidariedade; movimentação sindical no comércio em defesa da semana inglesa; prazo até dia 17 para que sejam tomadas medidas de saneamento económico-financeiro na Setenave, mobilização na Lisnave e em grande número de empresas do distrito de Setúbal na luta por salários em atraso — eis algumas das principais formas reivindicativas e respostas aos conflitos gerados em empresas e sectores pela intransigência patronal relativamente aos aumentos salariais e às atitudes do governo demitido, atitudes conformes com uma política de confrontação com o movimento sindical e de boicote permanente às reivindicações mais sentidas pelas classes trabalhadoras.

Nas Minas da Panasqueira, enquanto prosseguia a greve com retenção do minério em resposta ao *lock-out* da administração, a comissão intersindical da empresa deslocava-se a Lisboa para contactos, verifi-

cando novamente que a nível de departamentos governamentais ninguém quer assumir responsabilidades no sentido de resolver o conflito pela negociação.

Recorde-se que, em respos-

ta à reivindicação de aumento de salários da ordem dos 25 por cento, a administração da Beralit Tin and Wölfram respondeu com o *lock-out* mal os trabalhadores decidiram fazer duas horas diárias de greve para, demover a intransigência do patronato, que se recusa a negociar uma tabela realista e perfeitamente compatível com os lucros da empresa.

As organizações representativas dos trabalhadores da Panasqueira continuam a remeter para as autoridades e para o governo a responsabilidade pelo que pode vir a acontecer de grave nas Minas devido ao *lock-out* imposto pela administração, que despreza as leis portuguesas e os direitos dos trabalhadores.

Os representantes sindicais dos mineiros têm contactado com os organismos oficiais competentes, designadamente com a Direcção-Geral de Geologia e Minas, Inspeção Geral do Trabalho e Ministério do

Trabalho, Polícia Judiciária, para onde foram remetidos ultimamente sem resultados, pois «aquela Polícia não tem poderes jurídicos para actuar nesta matéria» de *lock-out* que compete ao Ministério do Trabalho, à Inspeção-Geral do Trabalho e aos Tribunais.

O pagamento dos salários e o cumprimento da contratação colectiva continuavam entretanto a mobilizar dezenas de milhares de trabalhadores, sobretudo nos distritos de Setúbal, Porto e Lisboa.

A União dos Sindicatos de Setúbal afirmava recentemente que havia no distrito mais de 20 mil trabalhadores com salários em atraso. No distrito do Porto esse número é de cerca de 8500, somando as dívidas do patronato mais de 300 mil contos.

Grandes empresas com delegações ou sede no Porto, como a UTIC (940 trabalhadores), Petrolgal (2070) Siderurgia, na Maia (840), estão sob o

boicote objectivo do governo. Entretanto os Mellos, do grupo financeiro do mesmo nome, continuam a sangrar empresas como a CIFA. Depois de terem recebido centenas de milhares de contos da banca nacionalizada e do Estado não pagam salários e querem levar as empresas à falência. Entre outras, com relevo para a CIFA, caberia agora a vez à Oliveira & Ferreira, como alertava entretanto a União dos Sindicatos do Porto.

Nacional

Não à Força de Intervenção americana em Beja! Não às armas nucleares!

«Em território nacional é, precisamente, sobre a Base de Beja que pesa a maior ameaça de um tal perigo» — o perigo de instalação, estacionamento e trânsito de armas nucleares no nosso País — destaca-se em documento há dias divulgado pelo movimento «Não às armas nucleares em Portugal» (MNANP).

Chamando a atenção para a importância da luta contra a utilização da Base de Beja pelos Estados Unidos — e que envolve a sua utilização pelas Forças de Intervenção Rápida e mesmo a presença de armas nucleares no nosso País, o MNANP afirma:

«A luta contra a utilização da Base de Beja pela Força de Intervenção Rápida dos EUA é uma garantia de salvaguarda de, no futuro, serem os portugueses a definir o seu destino e a sua política externa.

«A luta contra a utilização da Base de Beja pela Força de Intervenção Rápida dos EUA é uma garantia de sobrevivência do nosso País, do nosso povo e da nossa cultura.

«Beja não se pode transformar numa base de armas nucleares seja qual for a sua origem ou destino.

«Beja constitui hoje o ponto de convergência e de acção de todos os portugueses patriotas e conscientes que defendem a independência e soberania de Portugal e querem preservar o nosso País da hecatombe de uma Guerra Nuclear».

Daí a importância da iniciativa que vai decorrer em Beja, de 9 a 12 de Junho, e de que seguidamente damos o programa.

Dia 9, quinta-feira:

11.00 horas — Início da jornada na Câmara Muni-

pal de Beja com a abertura da Exposição sobre Hiroxima com a presença da Comissão Promotora.

16.30 horas — Debates com o Dr. Tito Seabra Diniz e Carlos Silva.

16.30 horas — Magistério Primário.

21.00 horas — Hospital Regional.

21.00 horas — Ciclo de Cinema e Teatro na Sociedade Filarmónica Capricho Bejense.

Dia 10, sexta-feira:

10.00 horas — Actividades desportivas no recinto de patinagem do Jardim Público que se prolongarão por todo o dia.

10.00 horas — Pela Vida — artesãos do distrito expõem trabalhos nas Portas de Mértola.

11.00 horas — Concerto de Bandas Filarmónicas no coreto do Jardim Público.

17.00 horas — Visita guiada à cidade de Beja dirigida por elementos da Associação de Defesa do Património — Concentração junto ao «Quartel Velho».

22.00 horas — Mastro da Paz no Jardim Público (Haverá serviço de bufete).

Dia 11, sábado:

10.00 horas — Pintura colectiva de um «Mural pela Paz» no muro da União dos Sindicatos de Beja por um grupo de artistas plásticos.

10.00 horas — Arruada pela cidade com várias bandas do distrito.

16.00 horas — Futebol

no Estádio Municipal de Beja.

16.00 horas — Veteranos: Desportivo de Beja-Aljustrelense.

18.00 horas — Seniores: Desportivo de Beja-Aljustrelense.

20.00 horas — Corais Alentejanos junto ao Castelo.

21.00 horas — Fogo de Campo junto ao Castelo onde actuarão os Grupos Trigo Limpo e Semente à Terra entre outros. (Haverá serviço de bufete).

23.00 horas — Marcha nocturna pela cidade com os archotes da Paz — Concentração junto ao Castelo.

Dia 12, domingo:

09.30 horas — Alvorada pela Paz.

10.00 horas — Concentração de viaturas na Variante com desfile até ao Cruzamento da BA11 onde serão depositas flores.

12.00 horas — Desfile pela Paz com carros alegóricos à iniciativa — Concentração na Avenida Miguel Fernandes.

13.00 horas — Almoço-conívio na Mata da Câmara Municipal de Beja — Todos os participantes devem trazer farnel.

14.30 horas — Convívio cultural.

16.00 horas — Intervenções alusivas à Paz de personalidades do Conselho Português para a Paz e Cooperação e da Comissão Promotora.

17.00 horas — Largada de pombos.

17.30 horas — Continuação do convívio cultural.

O cantor grego Kostas Chatvis Thomaidis participa, nos dias 11 e 12, nesta importante iniciativa.

(Sobre a Base de Beja, ler artigo no Suplemento).

Horários do Comércio

Quem pode abrir às 6 da manhã?

• Ofensiva contra o pequeno comércio, postos de trabalho e direitos constitucionais

Grande número de empresas que se veriam obviamente impedidas de abrir as portas às 6 da manhã encerrando às 24, incluindo os fins-de-semana, como podem vir a fazer os centros comerciais, estão infalivelmente conduzidas à falência levando ao desemprego muitos milhares de trabalhadores.

O problema, ao qual já aqui nos referimos a semana passada, é levantado pela Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio e Serviços, que de há duas semanas por cá se vê confrontada com a ameaça de um diploma governamental sobre horários de trabalho no sector, permitindo que as grandes lojas, os supermercados e os centros comerciais pratiquem horários incompatíveis com o tamanho da imensa maioria das lojas e outras empresas do comércio, que dão emprego a cerca de 80 por cento do pessoal do sector.

Não é a primeira vez que o grande capital privado e os grupos financeiros que controlam ou tentam controlar a parte mais rendosa do sector comercial põem em campo vários meios para arrumar de vez com o pequeno comércio. Querem inclusivamente que as autarquias, as empresas mais pequenas e os seus representantes, bem como as associações sindicais não tenham voz na matéria, e deixem tudo nas suas mãos e nas mãos dos governos favoráveis ao grande capital privado, aos grandes negócios.

Os que tentam novamente a concentração monopolista, como fizeram sem êxito em

1980, embora consigam contar ainda com a aquiescência tácita de muito comerciante mal informado e para a qual a concorrência não tem leis, depa-ram já com forte oposição não apenas vinda dos Sindicatos e da generalidade do movimento sindical, mas também da organização dos pequenos e médios empresários que naturalmente não vêem com bons olhos o proteccionismo que os governos de direita estão dispostos a aumentar relativamente aos grandes empórios do sector.

Já asoberbados com problemas de outra ordem e não menos graves, como sejam as dificuldades cada vez maiores no acesso ao crédito a juros altíssimos, com a recente legislação sobre as rendas comerciais, etc., os pequenos e médios comerciantes seriam tentados a reduzir o número de trabalhadores que empregam.

Por outro lado, os sindicatos não podem deixar de reforçar a mobilização contra quaisquer medidas que favoreçam apenas o grande comércio incluindo o retalhista, eliminando ou pondo em risco milhares de postos de trabalho.

A lei da selva

Num plenário recente, depois de divulgada a iniciativa

governamental de legislar sobre horários de trabalho no comércio, os Sindicatos do Comércio e Serviços, segundo a respectiva Federação, «decidiram lançar uma vasta campanha pública de esclarecimento e mobilização contra o projecto de decreto-lei que visa criar a lei da selva nos horários do comércio por intermédio da liberalização dos horários de abertura de todos os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços».

O governo demitido continuava entretanto a não se manifestar sobre o assunto, embora a Federação e outros organismos dessem com certa existência desse projecto, pronto para ser aprovado sem serem ouvidas as associações sindicais.

Num *telex* de 1 do corrente, a Federação do Comércio, sob o título «O segredo é a alma do negócio» afirma que «o governo recusa-se a informar se aprovou ou não o decreto-lei sobre períodos de funcionamento dos estabelecimentos comerciais».

No entanto e ainda segundo a Federação, «o projecto do referido decreto-lei tinha sido dado a conhecer de forma sigilosa às associações patronais do sector», sem ouvir os trabalhadores do comércio.

Passada uma semana sobre a última reunião do Conselho de Ministros (ou pelo menos anunciada como tal) o sigillo mantinha-se. De acordo com a Federação, ninguém sabia

nada sobre o assunto nos vários ministérios, secretarias de Estado e direcções-gerais.

«Assim vai a transparência (muito opaca) da nossa democracia», constatava a Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio e Serviços, que entretanto pedira uma audiência ao Presidente da República, designadamente para solicitar a não promulgação do decreto-lei que o governo demitido projectava aprovar. Entretanto, a mesma Federação decidira solicitar audiências aos grupos parlamentares para, no caso de o diploma vir a ser promulgado, se exigir a sua ratificação pela Assembleia da República; decidira ainda insistir nas entrevistas com as associações de retalhistas e outras organizações patronais e cooperativas, autarquias locais e associações de consumidores para intervir na campanha contra os novos horários.

A Federação vai também intensificar o esclarecimento e as acções mobilizadoras junto de pequenos e médios comerciantes explicando o alcance da aplicação do referido decreto, vai elaborar «um projecto-tipo de regulamento a adoptar no plano local, que salvguarde os justos e legítimos interesses dos trabalhadores e do sector», bem como desenvolver e prosseguir «acções de luta dos trabalhadores, de acordo com as circunstâncias locais, nomeadamente com concentrações e manifestações».



Internacional

Um ano depois da invasão do Líbano

Israel continua no caminho da guerra

A invasão do Líbano pelas forças sionistas de Menahem Begin, em 6 de Junho de 1982, entrou na história das guerras israelo-árabes como mais um marco sangrento do expansionismo israelita, constituindo hoje, passado um ano, o sinal inequívoco de que o braço armado dos Estados Unidos no Médio Oriente prossegue na tentativa de criação do «grande Israel».

Quando há um ano Begin desencadeou a operação cinicamente baptizada por «Paz na Galileia», os dirigentes sionistas tentaram justificá-la como uma necessidade de defesa da segurança do Estado de Israel; segurança que no dizer daqueles dirigentes passava pela liquidação total da OLP instalada no Líbano.

A invasão de um Estado soberano, até aí neutral nos conflitos do Médio Oriente, foi considerada como coisa de segundos importância por Israel, que procurou no entanto acalmar a indignação pública por mais esta agressão afirmando desde o início que o objectivo do ataque era «apenas» a OLP e os palestinianos refugiados em

território libanês e que as tropas sionistas retirariam uma vez cumprida a sua missão de extermínio. Como se fosse possível dissociar o indissociável, a OLP no Líbano e a invasão do próprio Líbano; como se o ataque à OLP não significasse de imediato o ataque às forças progressistas libanesas que sempre apoiaram os palestinianos, como se exterminar um povo fosse um objectivo com legitimidade em qualquer lado e em qualquer tempo.

Os acontecimentos vieram provar, para quem necessitava de tais provas, como a agres-

são israelita visava muito mais fundo que a destruição da OLP. Os combates travados até ao cerco de Beirute, onde após duras lutas acabaria por ser acordada em finais de Agosto a retirada dos dirigentes palestinianos e dos guerrilheiros da Organização de Libertação da Palestina, deixaram atrás de si milhares de mortos palestinianos e libaneses, prisioneiros e desalojados. E também a presença prepotente de Israel, que ao contrário do acordo não retirou do país invadido.

Para quem já esqueceu, im-

porta recordar como os representantes dos Estados Unidos — que desde o princípio da agressão estiveram ao lado de Israel apoiando a bélica «Paz na Galileia» — se envolveram então nos compromissos de retirada das forças israelitas, no respeito pelos refugiados palestinianos e libaneses, condições essenciais para a OLP aceitar a saída de Beirute.

Importa recordar como depois dessa retirada os israelitas marcharam sobre Beirute, cercando a cidade, matando indiscriminadamente a população, assentando arraiais por todo o país para uma permanência que ainda hoje se mantém. O apelo dramático então feito pelo primeiro-ministro Shafiq Wazzan, revela não só a responsabilidade norte-americana nos acontecimentos no Líbano como a sua participação directa na tração dos acordos de Beirute: **Faço um apelo directo às autoridades dos Estados Unidos, ao presidente Reagan, ao secretário de Estado Schultz e a Habib em particular e pergunto-lhes como querem que o mundo árabe leve, depois disto, a sério as suas iniciativas (ditas de paz) e promessas (...).** É grande a responsabilidade dos Estados Unidos. Nós estamos à espera, todo o mundo está à espera das acções dos americanos».

Os israelitas não retiraram de Beirute em Agosto de 82. Estavam lá, nas suas posições estratégicas, para permitir e apoiar os massacres que de 16 a 18 de Setembro foram perpetrados contra os refugiados de Sabra e Chatila. Estavam lá ainda quando Ronald Reagan, convidado a comentar o ataque sionista à embaixada da URSS na capital libanesa, afirmou despreocupadamente à cadeia de televisão ABC que «vocês já conhecem os russos; não se



Os EUA e Israel levantam crescentes obstáculos à solução do problema palestiniano

pode acreditar em tudo o que eles dizem»...

Não haverá paz sem a OLP

Que não se pode acreditar em tudo o que dizem os norte-americanos, como de resto já se sabia, ficou uma vez mais provado no Líbano. As propostas ditas de paz da administração Reagan, desde a invasão até ao presente, mais não serviram que para consolidar a presença bélica dos Estados Unidos na região, salvaguardar os interesses expansionistas israelitas e aumentar as tensões existentes no Médio Oriente. O simulacro de acordo de «paz» assinado em 16 de Maio passado entre o Líbano, Israel e os Estados Unidos, não só não pôs termo aos confrontos entre árabes nacionalistas e sionistas como fez aumentar os perigos de um confronto directo entre Israel e a Síria.

Ao estabelecer numa das suas cláusulas que o Estado sionista tem o direito de defen-

der a sua segurança através da permanência de tropas na zona sul do Líbano, o acordo constituiu-se como uma verdadeira ameaça à Síria que legitimamente se recusa a retirar as suas forças do Vale de Bekaa, ali estacionadas por decisão da Liga Árabe muito anterior aos últimos acontecimentos, enquanto Israel e as restantes forças estrangeiras permanecem no Líbano.

Mais do que qualquer outro país da região a Síria representa um obstáculo aos desígnios do imperialismo e do sionismo. As boas relações que mantém com a URSS e os acordos de auxílio mútuo entre ambos os países, a coesão interna e o seu papel na defesa da causa árabe e dos direitos do povo palestiniano, transformam-na num vizinho indesejável para os planos de Reagan no Médio Oriente. A campanha que vem sendo desenvolvida pelo imperialismo de modo a apresentar a Síria como responsável pelo fracasso do acordo de «paz» visa não só criar um clima propício a uma

possível futura agressão como também fazer crer que todas as restantes forças em presença na região estão de acordo com a «paz» à americana. As iniciativas que assinalaram a passagem do primeiro aniversário da invasão do Líbano provam a falsidade de tais afirmações.

A greve geral e o luto nacional observados em todo o território libanês são bem um grito de revolta de um povo humilhado na sua soberania e independência nacional. A centena de milhares de israelitas que no sábado chegaram a Telavive, vindos em marcha desde a fronteira do Líbano, exigindo o fim da guerra, o regresso dos soldados, a resolução pacífica da questão palestiniana e a demissão de Begin, mostram que os problemas do Médio Oriente estão longe de estar resolvidos.

Como continuarão a estar enquanto as pseudo-soluções para o Médio Oriente deixarem de parte os principais motivos da instabilidade: a causa palestiniana e a representatividade da OLP.

Israel igual a guerra

Desde a sua proclamação como Estado até ao presente toda a história de Israel é uma cronologia constante de crimes de toda a ordem praticados contra os povos vizinhos.

Tudo começou quando em 29 de Novembro de Assembleia Geral das Nações Unidas decidiu dividir a Palestina e aprovar a fundação de um Estado judaico e de um Estado árabe — palestiniano e a concessão de um «status» internacional a Jerusalém.

Os sionistas não aceitaram tais decisões e iniciaram a escalada de violência e crimes que vêm até aos nossos dias:

- De Novembro de 1947 a Maio de 1948 o percursor do exército israelita, a Haganah, conquista quatro das cinco grandes cidades da Palestina e cerca de 100 aldeias árabe-palestinianas, expulsando mais de 30 000 árabes;

- A 14 de Maio de 1948 é proclamado o Estado de Israel;

- A 15 de Maio de 1948 começa a 1.ª guerra no Médio Oriente que se prolonga até Julho de 1949. Israel ocupa mais de metade do território previsto para o Estado árabe da Palestina (cerca de 7000 km²) e uma parte de Jerusalém. Das 475 aldeias submetidas ao controlo sionista são destruídas 385.

Cerca de um milhão de palestinianos são expulsos para a Síria, Líbano, Jordânia e outros Estados árabes;

- A 29 de Outubro de 1956 começa a segunda guerra israelo-árabe que dura até 8 de Novembro do mesmo ano. Israel intervém no Egipto e dá o sinal para a agressão imperialista no canal do Suez, em que participam a França e a Grã-Bretanha;

- A 5 de Junho de 1967 começa a terceira guerra no Médio Oriente que se prolonga até dez Junho de 1967. Israel ataca o Egipto, Jordânia e a Síria, ocupa o Sinai, os montes Golan, a Cisjordânia, a faixa de Gaza e a cidade velha de Jerusalém. Ou seja, todas as zonas previstas para o Estado árabe-palestiniano. São expulsos mais 400 000 palestinianos;

- De 6 a 25 de Outubro de 1973 trava-se a quarta guerra no Médio Oriente.

- A 6 de Junho de 1982 começa a quinta guerra israelo-árabe. Com um efectivo inicial de 20 000 homens (posteriormente aumentado para 120 000), Israel invade o Líbano, onde as tropas sionistas se mantêm apesar do acordo de «paz» assinado em 16 de Maio de 1983.

Nos primeiros dois dias da agressão morreram ou ficaram feridas mais de 30 000 pessoas, desapareceram

10 000 e ficaram desalojadas mais de 800 000.

Israel só pode levar a cabo todas as agressões referidas com o auxílio militar, político e económico dos Estados Unidos: de 1948 a 1973 a ajuda financeira estatal dos EUA a Israel foi de 3,05 mil milhões de dólares, dos quais 1,45 mil milhões se destinaram a ajuda militar (de notar no entanto que as subvenções para os circuitos sionistas eram muito mais elevadas). De Outubro de 1973 a 1977 os pagamentos totais dos norte-americanos a Israel aumentaram para 7,075 mil milhões de dólares, sendo 4,3 mil milhões para subvenções militares directas.

Para 1982/83 estima-se que o fornecimento de armas dos Estados Unidos para Israel seja de 2,6 mil milhões de dólares. Num só ano!

Grã-Bretanha

Eleições antecipadas ... antes que seja tarde

Vão realizar-se hoje na Grã-Bretanha eleições legislativas antecipadas (onze meses antes da data normal). Para já, naturalmente, os resultados são uma incógnita, muito embora as sondagens indiquem uma vantagem para os conservadores. Mas um elemento pode e deve ser destacado: porquê eleições antecipadas? E a conclusão dificilmente poderá ser diferente da constatação de um facto. Thatcher tem pressa, as eleições realizam-se com onze meses de antecedência... antes que seja tarde.



Glasgow, a partida da marcha contra o desemprego

O que significa que o Partido Conservador hoje no poder espera sobreviver no imediato — e para isso conta com alguns trunfos. Quais?

Antes do mais temos a redução da inflação a 4%, o nível mais baixo desde 1968. Simultaneamente o orçamento para 1983/84 foi elaborado com preocupações eleitoralistas, visando o captar certos sectores da população: por exemplo, houve algumas reduções de impostos sobre vencimentos, os reformados do Estado têm as suas reformas automaticamente ajustadas à taxa real de inflação, apostou-se também nalgum estímulo económico à pequena empresa.

Paralelamente, pretende-se ainda fazer o aproveitamento político da guerra das Malvinas, pelo atizar de sentimentos chauvinistas.

Temos por outro lado a situação no interior do Partido Trabalhista, onde na verdade coexistem diferentes opções políticas. O programa do Partido Trabalhista engloba medidas como um vasto plano de criação de novos empregos, investimentos na indústria e no sector público, reduções no orçamento de Defesa, o desarmamento nuclear e a recusa da implantação em território

nacional de novos mísseis nucleares norte-americanos. No que respeita à política económica, subsistem dúvidas quanto ao tipo de acordos entre a central sindical TUC e um futuro governo trabalhista, viva como é a memória do «contrato social», de 74 a 78, que significou a degradação das condições de vida para os trabalhadores e abriu caminho também à queda do governo trabalhista.

Estes os trunfos com que Thatcher conta e de cujo carácter conjuntural ninguém parece duvidar — por isso mesmo a pressa dos conservadores.

É que naturalmente convém usar tais trunfos enquanto o seu preço não for ainda bem compreendido ao nível de massas.

Por exemplo: a redução da inflação, apresentada como um grande êxito, foi obtida à custa de cortes brutais de verbas quer quanto aos sectores nacionalizados, quer quanto às despesas com as necessidades sociais, enquanto o desemprego continua a subir de forma galopante.

Quanto às Malvinas, o tempo ensinará — o tempo e o esclarecimento levado a cabo pelas forças políticas de esquerda — que dificilmente se pode

considerar uma vitória para um povo, não só a negação dos direitos de outro povo, mas ainda, a criação de uma poderosa base militar, realiramação do carácter eminentemente colonialista do domínio britânico sobre as Malvinas, testemunho dos perigos para a paz mundial que tal política comporta.

considerar uma vitória para um povo, não só a negação dos direitos de outro povo, mas ainda, a criação de uma poderosa base militar, realiramação do carácter eminentemente colonialista do domínio britânico sobre as Malvinas, testemunho dos perigos para a paz mundial que tal política comporta.

Simultaneamente, as despesas com armamento aumentaram 23,3 por cento.

No centro dos grandes problemas que hoje se vivem na Grã-Bretanha, dois assumem particular realce: o desemprego (300 por cento de aumento em quatro anos) e a questão da implantação dos novos mísseis nucleares norte-americanos, também em território da Grã-Bretanha. É aliás em torno dessas duas questões centrais que o Partido Comunista da Grã-Bretanha desenvolve a sua campanha, de que a palavra de ordem é «A Grã-Bretanha tem necessidade de empregos e não de bombas».

Dia 4 chegou a Londres a «Marcha do povo pelo emprego». Marcha contra o desemprego e pela criação de novos postos de trabalho, que há já 43 dias partiu da cidade escocesa de Glasgow. Assim, em véspera de eleições, o problema do desemprego é sublinhado de forma particular. Segundo o TUC — central sindical — trata-se da mais importante iniciativa nacional com esse objectivo.

Simultaneamente prossegue a batalha contra a instalação dos novos mísseis americanos, pela desnuclearização de zonas crescentes do território da Grã-Bretanha, concentrações junto das bases onde está prevista a colocação dos «Cruise».

Nesta situação, os conservadores desenvolveram vários esforços no sentido de tentar garantir a sua continuidade no poder. E temos: a antecipação das eleições, os esforços no sentido de tentar apresentar a sua política como positiva e ainda uma remodelação do mapa dos círculos eleitorais, de forma a reduzir o número de mandatos para os centros industriais, em benefício dos delegados dos subúrbios citadinos abastados (o que pode proporcionar aos conservadores mais 30 lugares).

É neste quadro que se vão realizar hoje as eleições legislativas na Grã-Bretanha. Os seus resultados terão repercussões, não só para o povo da Grã-Bretanha, como também a nível europeu — em particular num momento em que Washington concentra todos os esforços num decidido agravamento da tensão no continente.

Uma política desastrosa

Falámos de alguns — pobres e equívocos — trunfos, que Thatcher tenta utilizar. Com a consciência de que o controlo da recessão económica, que alardeia, não é um dado real — senão, porquê a pressa?

Entretanto, o que caracteriza a política seguida pelos conservadores ao longo destes anos, é o agravamento, a degradação até níveis por vezes incomportáveis, das condições de vida das massas trabalhadoras.

Os números oficiais apontam para 3 milhões e 200 mil desempregados. Pensa-se entretanto que o seu número real é de 5 milhões. Mas mesmo cingindo-se aos dados oficiais, isso significa que o desemprego atinge mais de 13 por cento da população activa — mais dois milhões que em Maio de 79. Em síntese, 1500 desempregados por cada dia de governo de Thatcher.

Todos os outros dados socio-económicos apontam na mesma direcção negativa. O nível da produção nacional é 6,2% inferior à registada em 1979, o nível de preços subiu, também relativamente, 52 por cento. Mais 1 milhão e meio de

Grécia: «O povo exige verdadeira mudança»

Dezenas de milhares de manifestantes saíram à rua em Atenas. Os trabalhadores do sector público — rádio, televisão, electricidade, distribuição de água, correios, telecomunicações, transportes urbanos, banca — e algumas profissões do sector privado, fizeram greve. Em causa um projecto de lei do governo grego, que prevê limitações ao direito à greve no sector público. «O povo exige verdadeira mudança», é uma das palavras de ordem centrais dos trabalhadores em luta. É também problema de fundo da actual realidade sociopolítica da Grécia.

Também em Abril muitas dezenas de milhares de pessoas se manifestaram nas principais cidades gregas — Atenas, Salónica e Heraklion, na ilha de Creta —, na segunda vaga de manifestações contra a presença militar dos Estados Unidos no país, desde que as negociações entre a Grécia e os Estados Unidos sobre as bases militares norte-americanas entraram num impasse. Então salientaram-se palavras de ordem pela independência nacional e contra a NATO.

Assim, no curto espaço de um mês, as massas populares gregas vieram para a rua chamar a atenção para o que são os problemas centrais do seu país e para o carácter contraditório, incoerente e reformista da política do PASOK, partido do poder.

Ainda em Março, o camaráda Florakis, secretário-geral do CC do Partido Comunista da Grécia, salientava que «a Grécia não poderá sair da crise actual pela via de paliativos reformistas e sim com a participação do povo. Os grandes problemas nacionais e os perigos que ameaçam o país requerem a adopção de soluções opostas aos interesses dos imperialistas. A saída só poderá encontrar-se através de uma verdadeira mudança».

Apontando para a necessidade de resposta aos vários e agudos problemas que se colocam ao país, o Partido Comunista da Grécia apresenta propostas muito concretas, tanto no domínio económico, como de política externa e democratização da vida política.

Assim, no plano económico, as propostas são: limitar os privilégios e as prerrogativas dos monopólios; melhorar a vida do povo e realizar uma reforma radical do sistema fiscal em benefício dos trabalhadores; nacionalizar os ramos mais importantes da economia; orientar as inversões estatais para a produção e utilizar o sector público como alavanca para a progressiva reestruturação da economia; adoptar desde já medidas concretas para superar as consequências da entrada do país na CEE e posteriormente sair desta organização (de notar que o primeiro-ministro grego, Papandreu, afirmou há dias que «ser membro da

CEE para um país como a Grécia é resolutamente negativo»).

No que respeita à política externa, outra das questões centrais que hoje se colocam ao povo grego, como as manifestações de Abril e um movimento quotidiano contra as bases militares norte-americanas bem demonstra, o Partido Comunista da Grécia pronuncia-se pela saída imediata da Grécia da organização militar da NATO, como um primeiro passo para o afastamento definitivo da NATO; por negociações entre a Grécia e os Estados Unidos tendentes ao desmantelamento total das bases norte-americanas em território nacional; pela superação dos problemas entre a Grécia e a Turquia sem a tutela da NATO e a resolução do problema de Chipre.

Propostas que justamente se inserem na reivindicação popular: «o povo exige verdadeira mudança».

Legalização do PC da Argentina é vitória das forças democráticas

Pela primeira vez nos seus 65 anos de existência o Partido Comunista da Argentina foi oficialmente legalizado a semana passada «de forma definitiva como partido nacional com direito ao uso exclusivo do nome de Partido Comunista».

Esta importante vitória das camaradas argentinas culmina uma intensa campanha para a adesão de

novos militantes desca-deada pelo PCA em Setembro último, com o objectivo de se consolidar como um partido de massas e ao mesmo tempo de preencher os requisitos legais para o reconhecimento dos partidos políticos na Argentina.

Após a decisão do juiz eleitoral de Santa Fé, o PCA está em condições de participar plenamente nas

próximas eleições nacionais argentinas de 30 de Outubro. Aquele juiz aprovou igualmente os estatutos do PCA, «bases de acção política e declaração de princípios, por estarem adequados à lei vigente».

Apresentando aos juizes eleitorais mais de 100 mil filiações, recolhidas em todas as províncias da Argen-

tina, o PCA não só ultrapassou largamente o número mínimo de militantes exigido por lei para o reconhecimento (36 mil), como provou a sua crescente influência política no país, e a aceitação das propostas comunistas de constituição de uma ampla frente democrática e popular que garanta o período de transição até às eleições, assegure as liberdades democráticas e sirva de apoio maioritário a um governo constitucional estável.

Poucas dúvidas podiam de resto subsistir quanto a esta vitória do PCA, consagrada nas ruas de Buenos Aires já no passado dia 22 de Abril no gigantesco comício realizado no Parque Rivadavia para a apresentação dos candidatos comunistas desde a presidência da República às autarquias locais.

Defendendo uma política de unidade, necessária à resolução da grave crise económica, social e política da Argentina, os camaradas do PCA conquistam dia a dia o apoio das massas populares, sendo uma força indispensável para a vitória da democracia no país.



Comício do Partido Comunista da Argentina, ainda antes da sua legalização